

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-02-2024.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Coletivo Cuca Congo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/24 (Processo nº 0048/24) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 056/24 (Processo nº 0108/24), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/24 (Processo nº 0059/24), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 018 e 048/24 (Processos nºs 0037 e 0088/24, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 762/23 e 024/24 (Processo nºs 1338/23 e 0044/24, respectivamente), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 758/23 (Processo nº 1331/23), de autoria de Adeli Sell; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 051 e 053/24 (Processo nºs 0102 e 0104/24, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 011/24 (Processo nº 0023/24), de autoria de Cláudio Conceição; o Projeto de Lei do Legislativo nº 732/23 (Processo nº 1277/23), de autoria de Pablo Melo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 052/24 (Processo nº 0103/24), de autoria de Ramiro Rosário; o Projeto de Lei do Legislativo nº 006/24 (Processo nº 0016/24), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 661/23 (Processo nº 1135/23), de autoria de Aline Kerber; o Projeto de Resolução nº 009/24 (Processo nº 0099/24), de autoria de Engº Comassetto; o Projeto de Resolução nº 006/24 (Processo nº 0096/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; e o Projeto de Resolução nº 0098/24 (Processo nº 007/24), de autoria de Cassiá Carpes. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 515/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 004/24 (Processo nº 0114/24). Foi apregoado o Ofício nº 493/24, firmado pelo senhor Sebastião Melo, Prefeito, por meio do qual comunica que se ausentará do Município das dezoito horas do dia vinte e cinco de fevereiro até as doze horas do dia três de março do corrente, a fim de participar dos eventos “As cidades, o G20 e o pós-COP28”, no dia vinte e seis de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e dos eventos Gran Foro “Ciudades resilientes y sostenibles” e "Modelo de Gobernanza TALLER INTER ACTORAL", nos dias vinte e nove de fevereiro e primeiro de março,

na cidade de Bogotá, Colômbia. Foi aprovado Requerimento de autoria de Giovani Culau e Coletivo, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e seis de fevereiro ao dia oito de março do corrente, tendo o Presidente declarada empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Coletivo Cuca Congo, informando-a que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação - CUTHAB. A seguir, ocorreu o Lançamento da obra “Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-2020)”, elaborada pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a colaboração da Escola do Legislativo Julieta Battistioli. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Lourdes Sprenger, Presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli; Maria Alice da Rocha Piazza, Maria Izabel Saraiva Noll e Sérgio Simoni Júnior, autores da obra; e Ritchele Vergara, representando Jorge Barcellos, servidor da Escola. Mauro Pinheiro, presidindo, e Lourdes Sprenger entregaram diploma aos autores. Lourdes Sprenger, Presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, e Sergio Simoni Junior, Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política da UFRGS, manifestaram-se. Também manifestaram-se: Pedro Ruas, Biga Pereira, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier e José Freitas. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta e quatro minutos. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Sr^a Rosélia Araújo Vianna, Presidente da Porto Alegre Rural - POARural, que se pronunciou acerca do evento FestPOA Rural. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; e Rosélia Araújo Vianna. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Barth, Adeli Sell, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro, Lourdes Sprenger, José Freitas, Biga Pereira, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Na oportunidade, Mauro Pinheiro, presidindo, convidou embaixadoras do FestPOA Rural a integrarem a Mesa. Ainda, Mauro Pinheiro, presidindo, concedeu a palavra a Ramiro Rosário, que pronunciou-se sobre o tema tratado em TRIBUNA POPULAR. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e três minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Comandante Nádia, Roberto Robaina, Biga Pereira, Psicóloga Tanise Sabino, Tiago Albrecht, Jonas Reis, Claudio Janta. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se o período de Grande Expediente para o final desta Sessão. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23 (Processo nº 1199/23), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Coletivo Cuca Congo, Jonas Reis, Tiago Albrecht e Idenir Cecchim. Foi aprovada a Emenda nº 02, destacada, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23, por vinte e um votos SIM, três votos NÃO e dez ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson

Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, votado Não Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e Optado pela Abstenção Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Coletivo Cuca Congo, Engº Comassetto, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23. Roberto Robaina apresentou Questão de Ordem, afirmando ter ocorrido violação aos arts. 82 da LOM e 94 do Regimento durante a tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 028/23 (Processo nº 1200/23). Nesse sentido, formulou Requerimento verbal, solicitando que a tramitação dessa matéria fosse declarada nula, tendo Idenir Cecchim se manifestado a respeito. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e dez minutos às dezessete horas e dezenove minutos. Mauro Pinheiro, presidindo, indeferiu o pedido de declaração de nulidade formulado por Roberto Robaina. Também, prestou esclarecimentos sobre a tramitação dada à matéria em questão, tendo Roberto Robaina se manifestado a respeito. Ainda, Mauro Pinheiro, presidindo, prestou informações sobre a tramitação de recursos apresentados nos termos do art. 99 do Regimento. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 028/23 (Processo nº 1200/23), após ser discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis, Adeli Sell, Coletivo Cuca Congo, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Tiago Albrecht, Roberto Robaina e Karen Santos e encaminhado à votação por Jonas Reis, Pedro Ruas, Coletivo Cuca Congo, Roberto Robaina e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal de Cláudia Araújo, solicitando a prorrogação da sessão, nos termos regimentais. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 028/23, por vinte e três votos SIM, um voto NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal determinada por Mauro Pinheiro, presidindo, tendo votado Sim Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Airto Ferronato e optado pela Abstenção João Bosco Vaz e Márcio Bins Ely. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 143/23 (Processo nº 0293/23). Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Jessé Sangalli, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 143/23 (Proc. nº 0293/23), bem como aprovado Requerimento, de autoria de Jessé Sangalli, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Às dezenove horas e quatorze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a

presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, senhoras e senhores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego Ofício nº 493/24, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual comunica que se ausentará do Município das 18h do dia 25 de fevereiro às 12h do dia 3 de março, a fim de participar de eventos “As cidades, o G20 e o pós-COP28”, no dia 26 de fevereiro na cidade do Rio de Janeiro – RJ, e os eventos Gran Foro, “Cidades resilientes y sostenibles” e “Modelo de Gobernanza Taller Inter Actoral” nos dias 29 de fevereiro e 1 de março, na cidade de Bogotá, Colômbia. (SEI nº 118.00252/2024-98.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovani Culau e Coletivo solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 26 de fevereiro a 8 de março de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossada a suplente, Ver.^a Coletivo Cuca Congo, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Passamos ao lançamento da obra Eleições Municipais em Porto Alegre, 1947 e 2020, elaborada pelo núcleo de pesquisa e documentação da política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a colaboração institucional de Jorge Barcellos, nosso professor Jorge, da Escola do Legislativo Julieta Battistioli. Convidamos para compor a Mesa: a Ver.^a Lourdes Sprenger, presidente da Escola do Legislativo; a Sra. Maria Alice da Rocha Piazza, a Sra. Maria Izabel Noll, o Sr. Sergio Simoni Junior; o Sr. Ritchele Vergara, servidor, representando o Prof. Jorge Barcellos.

De imediato, convido o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Presidente da Escola do Legislativo para fazerem a entrega dos diplomas aos autores.

(Procede-se à entrega dos diplomas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Ver.^a Lourdes Sprenger, Presidente da Escola do Legislativo, está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, cumprimento Maria Izabel Noll, Sergio Simoni Junior, Mari Alice da Rocha Piazza e o Manoel, que está ausente, o Manoel

Caetano de Araújo Passos, e também faço os meus cumprimentos, a minha saudação, mesmo distante, pois aposentado, ao nosso funcionário da Câmara, o Jorge Barcellos, que teve grande participação nesta obra. Esta obra é uma pesquisa que teve a participação da Escola do Legislativo Julieta Battistioli e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é uma pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Documentação Política desta faculdade e que nos presenteou com essa nominata de todos os vereadores candidatos da majoritária, percentuais de votação, todos por partido, vereadores por partidos que se elegeram, desde 1947 até 2020. Então eu quero aproveitar para lembrar que o meu partido elegeu o Valter Nagelstein, o Idenir Cecchim, o Carlos Oliveira Garcia e eu que vos falo. É uma grande honra ter nesta obra os registros de todos os nossos votos, das nossas reeleições, e que servirá para bibliotecas, para interessados, e que a Escola do Legislativo Julieta Battistioli poderá distribuir. Também quero cumprimentar aqui o Ritchele Vergara que é um funcionário da Escola Legislativa e está aqui representando o Jorge Barcellos, que foi um grande entusiasta da pesquisa, da cultura, foi do Memorial, foi da Escola Legislativa, e eu só posso dizer muito obrigada a todos. Todos têm acesso, já receberam o livro e, para mais informações, nós temos esse livro. Quero dizer que esta é uma obra que deveria ter sido lançada nos 250 anos da Câmara Municipal, quando estava na presidência o Ver. Hamilton Sossmeier, mas faltou tempo; quando ficou pronto já era final de legislatura, mas está aqui agora o Ver. Mauro Pinheiro, prestigiando este lançamento. Muito obrigada.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Convidamos o Sr. Sergio Simoni Junior, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para falar em nome dos autores.

SR. SERGIO SIMONI JUNIOR: Boa tarde a todos e todas, todos os vereadores, as vereadoras. Cumprimento a Mesa, cumprimento os visitantes, as visitantes. Eu sou o professor Sergio Simoni Junior, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sou coordenador do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política – Nupergs, e falo aqui em nome dos meus colegas pesquisadores e amigos, Maria Izabel Noll, Maria Alice Piazza e Manoel Caetano Passos, que não pôde estar aqui. Nós somos os autores desse livro que nós somos bastante gratos de poder contribuir nesses 250 anos da Câmara de Porto Alegre. Como disse a Ver.^a Lourdes, essa publicação faz uma sistematização, uma documentação das votações de vereadores e vereadoras, candidatos e candidatas a prefeito de 1947 até 2020. Nós consultamos diversas bases de dados, documentações oficiais, então, neste momento, é importante a gente ressaltar essa parceria que foi via Escola do Legislativo Julieta Battistioli com a UFRGS para a pesquisa, a produção de documentos e material para embasar a nossa visão sobre a política, uma visão bem documentada, bem embasada. Então, quero agradecer essa oportunidade e pedir para que vocês leiam o material. Todos os vereadores e vereadoras estão recebendo uma cópia do livro, temos outras cópias aqui também na Câmara, vamos ter uma versão digital.

Divulguem esse material, acho que vai ser bastante interessante para a formação de todos e todas. E quero, para finalizar, reforçar a ideia de continuar parcerias entre a Universidade, a Câmara e a Escola do Legislativo para a gente continuar produzindo mais materiais de pesquisa. Muito obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quero cumprimentar a todas e todos, se o Ver. Roberto Robaina me permite e o Ver. Alex Fraga também, em nome do PSOL, ou eles falarão também, eu não sei exatamente; Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Mauro Pinheiro e queridos autores e autoras deste trabalho. No trabalho anterior, eu tive a honra de ser, por ser o mais antigo na Casa, o único que apareceu, de 1947 a 1982, o único, e agora apareço neste de novo. Esse trabalho de vocês é um trabalho, Presidente Mauro Pinheiro, que preserva a história da Câmara. Todo mundo sabe que um povo sem história não tem futuro. Então o trabalho de vocês, eu ainda não li a não ser por alto, mas eu sei que, se é como o outro, é extraordinário. Meus parabéns, fica a minha admiração e agradecimento pelo que fizeram. Obrigado.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Presidente, antes de o senhor se dirigir para o encerramento, a Ver.^a Lourdes quer fazer uma complementação.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu queria complementar que a nossa escola tem como diretora a Andrea Möllmann, funcionária da Câmara Municipal e mestre em Educação, também temos estagiários e um funcionário que não estou vendo aqui. A todos que participaram deste trabalho, o meu muito- obrigada.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, eu me inscrevi para parabenizar nossa Ver.^a Lourdes, que nos presenteia com essa homenagem de nós podermos ter aqui a nossa querida Universidade do Rio Grande do Sul, esse núcleo de Documentação Política, e a Escola do Legislativo Julieta Battistioli, e com esse livro maravilhoso, que faz todo um resgate histórico dessa trajetória desde 1947. Eu tenho muito orgulho de dizer que o meu mandato é um mandato feminista, é um mandato voltado para as pautas das mulheres e teve aqui a primeira mulher vereadora desta cidade, Julieta Battistioli, que empresta o seu nome a nossa Escola do Legislativo, o que é motivo de muito orgulho. Quero parabenizá-los por todo esse trabalho. Certamente, será um livro em que nós teremos a condição de pesquisar e vai nos ajudar, inclusive, no resgate de toda essa história que vocês nos trazem. Parabéns.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Boa tarde, Presidente Mauro, colega Ver.^a Lourdes, presidente da Escola Julieta Battistioli, todos os organizadores deste belíssimo livro, estava falando agora com a Ver.^a Fernanda, um livro de pesquisa, um livro que traz a história da Câmara de Vereadores, faz um resgate muito interessante aqui para historiadores, para parlamentares, para prefeitos, para a população de Porto Alegre

como um todo, pois aqui apresentam partidos, pessoas e as composições de dois grandes poderes que nós temos aqui na cidade, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. E quando nós fazemos num compêndio, num livro tão bem escrito e, por certo, a várias mãos, ninguém faz nada sozinho, mas sob a coordenação da vereadora e de todos os coordenadores que aqui estão nomeados, do Manoel, da Maria Izabel, do Sergio, da Maria Alice, e eu tenho certeza que de outras pessoas também, a gente tem prazer de não apenas folhear, mas estudar e compreender como se move a cidade de Porto Alegre. Isso aqui diz muito, é uma leitura de todos os porto-alegrenses, das escolhas, das não escolhas, de como se faz a boa política, está aqui dentro, de como as pessoas conseguiram chegar aos cargos que chegaram, seja de prefeito, vice ou vereador. Então eu quero, enquanto professora de língua portuguesa, que também adora um livro e aqui enquanto vereadora, parabenizar a Ver.^a Lourdes, toda essa equipe e o seu trabalho, que tem sido realmente referência. A Escola não pode ser uma escola apenas para ter o nome de escola, mas uma escola que movimenta, uma escola que traz estudos, uma escola que traz discussões e, o principal, traz, em forma de obra, nesse momento, resultados importantes para a nossa cidade, para a capital dos gaúchos. Parabéns, vida longa à Escola e que tenhamos mais bons trabalhos nessa mesma linha.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Obrigada, Presidente. Eu queria aqui deixar um cumprimento à professora, foi minha professora no mestrado em ciência política, na UFRGS, ao Manoel Passos, que foi meu colega, e o seu trabalho para mim sempre foi uma referência pela capacidade de aglutinar informações relevantes, pesquisas, dados científicos. Toda a minha dissertação de mestrado teve como base a questão do antiPTB e PTB e as disputas de polarização histórica do nosso Estado, então eu te tenho como uma referência brilhante de pesquisa no nosso Estado. E minha colega, Ver.^a Lourdes, está de parabéns por ter tido essa iniciativa, porque a gente tem uma dificuldade tremenda de buscar e encontrar todas essas informações da forma didática, muito clara e bem apresentada como está aqui. Isso aqui vai servir de referência para muitos trabalhos – e eu espero – publicados daqui para frente. Muito obrigada.

Vereador Hamilton Sossmeier (PRD): Presidente Mauro Pinheiro, Ver.^a Lourdes Sprenger e toda a Mesa, quero parabenizar por essa verdadeira obra de arte, que tem todo esse trabalho muito bem-feito, muito bem elaborado, com várias informações. Nós estávamos olhando ali, inclusive, eu, o Ver. Giovane Byl e o Ver. Bosco, e só temos aqui que agradecer, porque isso nos ajuda, vai para a população informações que são preciosíssimas. Parabéns pelo trabalho, vida longa à nossa Escola do Legislativo.

Vereador José Freitas (Republicanos): Presidente Mauro, cumprimento a todos da Mesa aqui, parabenizando todos vocês; parabenizo também a Escola do Legislativo, Ver.^a Lourdes, pelo resgate que vocês fizeram aqui. Então, hoje, eu não vou precisar mais pesquisar no TRE, eu vou direto aqui. Muito bom! Muito bom mesmo, porque, às vezes, a gente quer resgatar em relação a votos, em relação a algum vereador,

e agora iremos direto a esse exemplar aqui. Parabéns a todos envolvidos por este excelente material.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Primeiro, quero agradecer a presença de vocês aqui e parabenizar a Ver.^a Lourdes, nossa presidente da Escola, juntamente com o Núcleo de Pesquisa e Documentação Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da nossa UFRGS, que juntamente com a Escola do Legislativo fez esta belíssima obra. Eu posso aqui dizer que já estou pesquisando, olhando o meu exemplar, porque nós precisamos saber os dados. Ficou uma obra muito interessante, não só contando um pouco da história de Porto Alegre, mas para nós, que somos vereadores, que temos sempre eleições pela frente, é uma fonte de pesquisa. Eu já tenho lido, pesquisei sobre as minhas participações, desde 2004 tenho participado das eleições de Porto Alegre, então, comparando os números de partidos, de como foram os partidos, quem fez, quem não fez voto. Ajuda também nessa parte de pesquisa, além de ser uma obra que conta um pouco da história de Porto Alegre. Então, só quero agradecer, em primeiro lugar, a vocês, e parabenizar pela excelente obra. Muito obrigado a todos.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h44min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Porto Alegre Rural – PoaRural, que tratará de assunto relativo à FestPoa Rural. A Sra. Rosélia Araújo Vianna, presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ROSÉLIA ARAÚJO VIANNA: Prezadas Sras. Vereadoras, prezados Srs. Vereadores, Sras. e Srs. funcionários da Casa, Sras. e Srs. visitantes, boa tarde.

Na pessoa do Presidente da Casa, Ver. Mauro Pinheiro, tenho a alegria de cumprimentá-los e agradecer a generosidade de nos receber nesta tribuna hoje. Senhores e senhoras, daqui a exatos 30 dias estaremos celebrando 252 anos de fundação da nossa cidade. O ato, que para os açorianos que aqui chegaram teve sentido de esperança, para a família do sesmeiro Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos pode ter sido visto como uma ocupação irregular; e para os povos originários charruas ou minuanos, possivelmente foi uma invasão. Duzentos e cinquenta e dois anos passados, aqui estamos nós: 1,3 milhão de pessoas partilhando do território, buscando melhorar vidas, colaborando para o maior entendimento na convivência diária. Trago essa lembrança,

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, para salientar que somos uma cidade de muitos interesses e necessidades diferentes, e olhando lá desde o Extremo-Sul, Centro-Sul e Zona Oeste, onde temos áreas rurais ativas, enxergamos a urbanidade com pouca ou nenhuma memória de território de comunidade, e esse é um dos motivos que nos faz chegar a esta Casa. Queremos nos apresentar novamente. Olá, somos a mesma Porto Alegre e temos características rurais. Na sua Porto Alegre, vereadora e vereador, é possível respirar ar puro, inclusive na Porto Alegre do Ver. Gilson Padeiro, que é o nosso vereador da região. É possível tomar banho em praias de água doce; é possível colher frutas e comer ao pé, porque são livres de agroquímicos. Na nossa Porto Alegre rural convivem cerca de 1.200 famílias de agricultores e criadores de animais, cinco aldeamentos indígenas, uma colônia de pescadores tradicionais. Nesse ambiente, são mais de 5 mil bovinos, 2 mil ovinos e 130 áreas de piscicultura, Sr. Presidente. É de Porto Alegre a cabanha mais premiada na Expointer pela criação de vacas Jersey. Vocês sabiam disso? Fica na Restinga. Nos Caminhos Rurais, temos três reservas de proteção ambiental, sendo duas de administração pública e uma RPPN – Reserva Privada do Patrimônio Natural, reconhecida pelo Ibama. Eu vivo na Quinta das Tarumãs, a 25 quilômetros do Centro Histórico, e onde eu moro, senhoras e senhores, vejo lebres, capivaras, gatos do mato, tarrãs, cardeais e outros tantos animais silvestres característicos da Mata Atlântica e do Pampa. E eu digo isso não para apresentar um lugar bucólico apenas, mas para salientar que estamos na mesma cidade, que qualquer morador de Porto Alegre pode ter acesso a uma experiência de natureza através do nosso turismo rural. Somos a terra precursora das feiras ecológicas no Brasil. Temos a ruralidade presente no nosso dia a dia, mesmo urbano, e precisamos das senhoras e dos senhores desta Casa para mantermos esse protagonismo e irmos além.

Nos debates que vêm do Plano Diretor, o seu olhar atento, inclusivo e de vanguarda pode elevar Porto Alegre a um patamar acima da qualidade de vida de suas eleitoras e eleitores. E como isso? Se queremos uma cidade resiliente, e está muito na pauta a questão da resiliência da cidade, preservemos a zona rural e seu modo de vida, pois quem vive da terra sabe a importância e protege o ambiente e seu entorno; apoiem com melhores estradas para escoamento de produção, com políticas públicas de financiamento a cultivo e comercialização. Se queremos ser uma *smart city*, também muito em voga, ao preservar o rural e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias acessíveis às pequenas propriedades, podemos gerar uma nova *blue zone*, em que os moradores tenham segurança alimentar, convívio social saudável e acesso à água de qualidade. Queremos uma cidade inovadora? Já disse o filósofo Ailton Krenak que o futuro é ancestral. Vamos aprender com os povos indígenas, nossos conterrâneos, vamos observar a natureza e aprender urgentemente com as mudanças climáticas, a bioconstrução, a biomimética, energias renováveis. Porto Alegre pode ser inovadora de vários modos complementares. Então trazemos a FestPoa Rural, um evento nascido no rural, que vem de dentro, feito a muitas mãos, para que toda a cidade queira se conhecer melhor. Eu trouxe uma breve apresentação, para nós vermos rapidamente o que teremos na FestPoa Rural, que inicia no dia 9 de março e vai até o dia 17 de março.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. ROSÉLIA ARAÚJO VIANNA: Importante salientar que a FestPoa Rural é uma produção, uma realização da Associação Porto Alegre Rural/Caminhos Rurais, mas o trabalho todo feito em conjunto com o sindicato rural e com a Rama, a Associação dos Produtores Agroecológicos. A apresentação está no nosso *site*, para as senhores e os senhores poderem consultar. Nós trabalhamos com o rural que vem de dentro, não só de dentro de Porto Alegre, mas de dentro de cada pessoa, de cada trabalhador, trabalhadora, de cada morador e moradora de Porto Alegre. Sempre temos um rural dentro do nosso coração. Aqui vocês podem ver a identidade visual. A programação, a gente brinca, já está na versão sete, deve mudar mais alguma coisa ainda, mas nós teremos duas fases da programação, uma na área rural, nos bairros Belém Novo, Extrema, São Caetano, Boa Vista, com cavalgada, trilhas no Morro São Pedro, com o linha turismo inclusive, que faz hoje o Centro Histórico e a parte urbana, inaugurando o Linha Turismo Caminhos Rurais. Nós teremos, depois, no Centro de Eventos Ervino Besson, nos dias 15 e 16 e 17, a feira de produção dos nossos produtores de Porto Alegre e Região Metropolitana, com toda a sua agroindústria, com a sua produção primária, levando conhecimento e levando também a todos a cultura do Extremo-Sul. Aqui vocês podem ver algumas atrações culturais e artísticas que já estão confirmadas: teremos um baile oficial no CTG Lanceiros da Zona Sul – os vereadores já estão convidados, as vereadoras estão convidadas. Por que isso? Isso não é simplesmente uma festa, isso é o nosso manifesto, chamar a cidade a estar conosco de novo. Aqui algumas propriedades que estão envolvidas junto conosco e as atividades no centro de eventos. Eu agradeço, essa apresentação fica disponível para os vereadores e vereadoras que quiserem. Eu gostaria, senhoras e senhores, de falar uma questão última aqui. A Associação Porto Alegre Rural/Caminhos Rurais não costuma jogar tênis. A gente tem uma brincadeira sobre isso, vereador, nós jogamos peteca. Por que nós não jogamos tênis? Porque o tênis, quando a gente joga, o que é normal do esporte, a gente joga para o outro errar, nós jogamos peteca, porque a peteca se joga para peteca não cair. Então, a FestPoa Rural é a nossa peteca; o rural está nas mãos de cada um dos senhores e das senhoras. Vamos segurar a peteca, está certo! Aguardo vocês lá. Desculpe, Presidente, uma questão bem importante que eu acabei esquecendo: temos as nossas embaixadoras que vão entregar um pequeno mimo para cada vereador, para cada vereadora, da nossa produção rural. Por favor, embaixadoras. Nós optamos por não trabalhar com rainhas e princesas porque não somos mais colonialistas; então, são as nossas embaixadoras que vão fazer a entrega.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde, minha amiga, gosto de dizer, posso dizer, minha amiga Rosélia; o trabalho que vocês fazem na Associação Porto Alegre Rural/Caminhos Rurais é maravilhoso. O pessoal da Rama, não sei se tem

algum representante aqui, também tem um trabalho maravilhoso – um dia talvez eu consiga fazer parte da Rama, estou me esforçando para isso. Então, concordo plenamente com o que vocês trouxeram aqui, e eu acho que essa festa é um acerto tremendo para a nossa cidade, a FestPoa Rural. Eu estava brincando aqui, vai pegar dentro do meu aniversário – meu aniversário é no dia 16 de março –, ou seja, vou comemorar em algum dos eventos, isso é coisa certa. O rural tem história, é a base desta cidade, a base deste Estado. As tradições que vocês preservam – lá na tua propriedade eu tive o prazer de visitar, tão bem preservada ali com toda a questão da história da casa, da alimentação da vestimenta –, que são mantidas pela área rural, são apresentadas pelas propriedades que fazem parte dos Caminhos Rurais. Quem ainda não teve a oportunidade de conhecer as propriedades que fazem parte dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, eu deixo aqui o convite, vale a pena cada centímetro desse passeio. Isso impulsiona nosso turismo rural, que eu considero uma potência nessa região. Uma região que tem um potencial tremendo, se tiver apoio e infraestrutura – que a gente sabe que precisa –, como a sinalização, o asfalto... Hoje tem essas cabanhas, pousadas, restaurantes, praias, e agora queijarias, vinícolas e até gente produzindo azeite de oliva, Presidente Mauro. Tem de tudo na área rural, é preciso ir para conhecer. Eu sou uma apoiadora da área e tenho compromisso com a preservação da área rural – rural, minha amiga Rosélia. Tu sabes disso – rural! Não que seja o novo paraíso dos fenômenos, dos novos multimilionários, condomínios de luxo, mas que seja rural para quem é rural, para quem quer conhecer o rural, viver a gastronomia, as praias e as propriedades.

Por fim, o diretor de turismo esteve comigo na semana passada, e eu assumi com ele o compromisso de ajudar em tudo que precisar com as emendas do ano que vem exclusivamente para a área rural. No ano passado e no ano retrasado, eu dediquei exclusivamente para a área rural, mas, através do Centro Agrícola Demonstrativo, inclusive através da Farmácia Viva, em que eu botei R\$ 700 mil só na Farmácia Viva. Mas agora, no ano que vem, é turismo rural, eu não tenho outro ponto de interesse. Então o nosso futuro será tão melhor, quando mais pessoas valorizarem o rural, o nosso passado, e pudermos aprender com vocês, que tem tanto a ensinar. O FestPoa é uma iniciativa brilhante, que traz o foco para a área e seu potencial. E eu acho que a gente poderia juntar um grupo grande de vereadores e estarmos presentes lá, Ver. Adeli, os que eram já da área rural e os que chegaram à área rural, como eu agora. Muito Obrigada...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro, estimada Rosélia, pessoal do sindicato, da Rama, da associação, de todos aqueles que estão nos Caminhos Rurais. Mauro, nós estamos aqui com os girassóis de Porto Alegre, o que me remeteu ao clássico de Sophia Loren e Marcello Mastroianni, Os Girassóis da Rússia – não, não são da Rússia, são de Porto Alegre, e isso nos engrandece e nos envaidece. Pelos microclimas, pela diversidade da nossa área rural, nós temos que sustentar – sustentar – na revisão do

Plano Diretor, a força, a pujança da nossa área rural. É preciso que haja incentivo para que a vaca Jersey, premiada na Expointer, para que os cavalos que lá estão, e são várias hospedarias, mas poucos sabem que no Canta Galo tem um criador de Appaloosa, cujo dono é oito vezes campeão brasileiro no Appaloosa; e uma menina, que é a campeã brasileira no cavalo Inglês. Ou seja, Porto Alegre não tem só cavalo Crioulo: tem cavalo Crioulo, tem Appaloosa, tem cavalo Inglês, tem multiplicidade. E foi assim desde o começo, dos desbravadores, como Juca Batista de Magalhães. Juca Batista de Magalhães, um homem poderoso, um homem que tinha comércio, mas também um simples cidadão, homem do povo, que dá nome à estrada João Antônio da Silveira, era um homem comum do povo e seus vizinhos disseram essa estrada tem que se chamar João Antônio da Silveira, ou seja, é a multiplicidade que convive. E eu dizia para os colegas vereadores: Está mais do que na hora de juntar energias, juntar forças, como vocês estão fazendo com as entidades de ponta da zona rural de Porto Alegre, com os vários empreendimentos, sem frescura, sem picuinhas, com unidade. E eu acho que nós deveríamos fazer a grande caravana dos vereadores em um, pelo menos, dos eventos do FestPoa Rural. Muito obrigado, vida longa aos Caminhos Rurais, e, no ano que vem, que o nosso Plano Diretor garanta a sua pujança. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, Rosélia, querida, estivemos lá na abertura da FestPoa. Fico muito feliz com tudo aquilo que eu vi. A importância dessa festa, na verdade, é fomentar, cada vez mais, a cultura, fomentar cada vez mais o trabalho do rural, porque é o alimento que vem para a nossa mesa, é aquilo que, na verdade, a gente precisa diariamente e muitas vezes não se tem o olhar necessário para as pessoas. A gente visitou a Granja Lia, e aquela senhora que está plantando, a Rosângela, a gente vê que é uma família humilde, uma família que talvez não tivesse a oportunidade de estar em algum lugar, está lá plantando, mantendo a sua família, sustentando e também nos trazendo um orgânico, nos trazendo algo natural, aquilo que nos traz saúde, que nos traz força. A gente conversou sobre a questão das feiras ecológicas, assim como estava conversando com o Presidente Mauro, para a gente trazer novamente para a Câmara e fomentar isso, que a gente possa divulgar, porque nós tivemos aqui e acabou morrendo. Quem trouxe, no início, foi o Ver. Tarciso Flecha Negra, depois o Ver. Adeli deu continuidade, junto com a gente, então é muito importante que a gente possa trazer os produtos para a Câmara de Vereadores, que os vereadores, que os servidores possam utilizar esse produto que, além de ser o sustento de milhares de famílias, ainda vai estar aqui com qualidade para nos atender.

Parabéns pelo teu trabalho, somos parceiros para fazer cada vez mais crescer esse trabalho, e a importância de que a gente não permita que Porto Alegre perca a sua zona rural, isso é muito importante, porque a gente sabe que a cidade cresce cada vez mais, de forma galopante, e ela tende a crescer para a zona rural. Então, que a gente possa

manter vocês, trabalhar cada vez mais em prol das nossas granjas, das nossas plantações, para que vocês possam permanecer por muitos e muitos anos. Parabéns pelo teu trabalho.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, presidente Rosélia, eu sou morador do Extremo-Sul de Porto Alegre e também sou filho de colono, vim lá do Alto Uruguai, cheguei aqui em 1975. Na minha passagem já trabalhei com plantações, plantando alface, na época, no Extremo-Sul de Porto Alegre, e acho que nós temos que cuidar dos nossos caminhos. Sou muito amigo do Vasco, da Fazenda Santo Antônio, ele está sempre me pedindo ajuda junto ao Poder Executivo para melhorar o acesso das excursões – ele faz turismo rural –, e a gente está sempre à disposição. Estive no dia, só não fui no lançamento, eu estive visitando a Chácara do Malinski, onde foi inaugurada a irrigação por gotejamento, e achei fantástico esse projeto. Podem contar com o nosso mandato aqui na Câmara de Vereadores; e quando tiver o baile lá no CTG Lanceiros, que é do lado da minha casa, estarei presente. A gente está à disposição; vida longa aí.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convidamos as embaixadoras do FestPoa para compor a Mesa conosco.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Rosélia, da FestPoa, muito importante a tua apresentação – vou esperar o Ver. Pedro Ruas parar de falar, que eu estou no microfone. (Pausa.) Parabéns pela apresentação, eu ando muito por lá, pelo bairro Lageado, Itapuã, eu sou ligada à causa animal, e a gente tem algumas amigas e amigos nesta causa. A gente sabe que a área rural fica, às vezes, sem esse apoio, e tem as demandas. Além de tudo que você apresentou, nós temos uma bela reserva na região, também para preservar a natureza, a gente sabe que as coisas estão crescendo, avançando, mas desejo que se consiga preservar a nossa zona rural de Porto Alegre. Muito obrigada pelo mimo que foi distribuído por vocês aos vereadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (Republicanos): Rosélia, obrigado pelo mimo; parabéns pelo teu trabalho, a tuas embaixadoras, a todo o pessoal envolvido nesse evento. Eu acho, Presidente Mauro, que o olhar da Prefeitura tem que estar voltado à área rural. Sabe que eu sou do interior, eu só não moro na área rural de Porto Alegre porque a minha esposa é urbana, por mim eu morava lá no Cantagalo, no meio do mato, gosto

muito. Eu acho que o olhar da Prefeitura tem que ser um olhar especial, voltado, e não tirar o olhar da área rural para não acabarem com a nossa linda área rural de Porto Alegre. Parabéns pelo trabalho de vocês, que Deus continue abençoando grandemente o trabalho de vocês. Obrigado, mais uma vez, pelo mimo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Quero cumprimentar a ex-vereadora Fernanda Melchionna que está no nosso plenário, seja sempre bem-vinda deputada federal Fernanda Melchionna.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente Mauro Pinheiro. Eu quero cumprimentar, Rosélia, a ti, mas olhar esta Mesa, uma mesa toda de mulheres, dizer que vocês não enfeitam esta Mesa, vocês mostram que o nosso trabalho tem tido o pioneirismo das mulheres na zona rural, são as que garantem, inclusive, esta sucessão para que os nossos jovens permaneçam. E aqui a gente vê as jovens também nesta Mesa, tão bem representadas. Eu quero dizer que, para nós, a zona rural cumpre com um papel extremamente importante para o desenvolvimento da nossa cidade, além do potencial turístico, a zona rural, os Caminhos Rurais, são motivo de orgulho para todos nós, são um fator de dinamização da economia do nosso Município. Também a potente produção na economia do nosso Município na agricultura familiar em que vocês, na produção de orgânicos, abastecem as feiras semanais da nossa cidade. Eu ressalto esse aspecto porque é preciso que se tenha um projeto que estimule economicamente, de forma mais perene, a potencialidade rural com infraestrutura e com produção para o nosso turismo. Nós queremos uma Porto Alegre que recupere e valorize esta identidade da cidade, esta identidade é extremamente importante que se valorize, esta identidade dos Caminhos Rurais é que, verdadeiramente, se constitui como uma preservação da nossa segurança alimentar inclusive. Então os produtos da zona rural de Porto Alegre nos ensinam muito; eu quero aqui cumprimentá-las, vocês que fazem com que os nossos Caminhos Rurais, a nossa FestPOA Rural, os nossos produtos nos orgulhem e contribuam para o desenvolvimento econômico e da identidade de Porto Alegre. Parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Presidente, eu venho aqui em nome dos partidos de oposição fazer a saudação; primeiro eu queria fazer a saudação cumprimentando a Rose, e dizer que é a primeira vez na história de Porto Alegre e desta Casa que nós temos um evento para tratar da zona rural em que só tem mulheres nesta Mesa. Meus parabéns. Dizer que essa é uma caminhada longa, mas que tem uma pressão muito grande sobre o território da zona rural.

Eu tive o prazer, na administração do prefeito Olívio Dutra, de ser o coordenador desse tema na cidade, e construímos um conjunto de políticas, desde a

primeira feira ecológica na cidade, que foi a da José Bonifácio, até criarmos e lutarmos junto com a Arlete Mazzo, lá da Vila Nova, da criação do Centro de Eventos, e propus aqui aos colegas para que nós colocássemos o nome do Ervino Besson, que foi um lutador sempre do tema, mas que o Centro de Eventos, as atividades rururbanas da Vila Nova, praticamente está muito abandonado, não tem mais aquelas atividades potentes que nós poderíamos ter.

Este ano, pela primeira vez, desde 92, não teve a Festa da Uva e Ameixa de Belém Velho, e isso vem se desconstituindo. Então o trabalho que vocês fazem... Hoje pela manhã eu acordei com os aracuãs cantando; nós, que somos vizinhos do bairro Boa Vista do Sul, moramos a alguns quilômetros de distância, e daqui a pouco vai haver a revisão do Plano Diretor, Presidente Mauro, e eu quero já convidá-las, porque na outra vez nós não conseguimos gravar no Plano Diretor todos os corredores ecológicos da região, todas as nascentes, os morros e a vegetação ainda existente na região. Bom, e vocês sabem a pressão que tem; o grande debate nosso lá é quem é a favor quem é contra a urbanização de toda aquela área que ficou um metro abaixo d'água, agora com as enchentes, que é a Ponta do Arado. Vida longa à preservação ambiental, à agricultura ecológica.

Ah, e dizer também que eu tive o prazer, representando o Presidente Mauro, de, na última sexta-feira, estar na posse da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul – Fetag; lá o ministro do MDA anunciou que tem R\$ 1 bilhão para os programas de compra direta dos pequenos agricultores, dessa, uma fatia de 30% para os produtos ecológicos. Estamos à disposição para ajudar a trilhar esses caminhos. Um grande abraço. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Que bom ver esta Mesa... Eu sou um agricultor lá de Ibiraiaras, imagina só a minha alegria de ver vocês aqui levando adiante. Quando eu fui secretário da SMIC, já faz tempo, eu me preocupei muito com açudes, enfim, com replantio das árvores frutíferas da Zona Sul e também com o Centro de Eventos Ervino Besson, que nós conseguimos construir com as antigas paradas de ônibus ali da praça e ficou aquela coisa bonita. Espero que ela volte, realmente, vocês vão fazer voltar aquilo que foi o objetivo desse prédio. Mas o importante mesmo é que vocês estejam levando adiante aquilo que há de muito bom na cidade de Porto Alegre, a nossa área rural, a nossa grande área rural que precisa sempre de um incentivo, mas um incentivo de verdade, um incentivo de participação do Município. Eu acho que a área rural tem muito a dar, mas principalmente tem muito para ser reconhecida, e é isso que nós vamos fazer juntos. Contem com a gente. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Rosélia, querida; nossas embaixadoras. Olha, eu fico muito feliz de ver que a área rural está se movimentando. É isso que nós precisamos fazer se nós quisermos, realmente, ter desenvolvimento econômico, ter sustentabilidade, ter uma melhoria na vida, na qualidade das pessoas e também ter o turismo em Porto Alegre. Quando nós vemos a área rural se movimentando, fazendo essa FestPoa Rural aqui em Porto Alegre, nós vemos que todos vocês estão pensando também num futuro bem próximo, um futuro que já é a realidade e que eu digo que muitos porto-alegrenses não conhecem a área rural. E fazer o turismo na área rural, ver como temos ali produtores tão importantes, e, mais do que isso, a questão de a juventude estar presente para mim já é sinônimo que deu certo. Tinha falado para a menina que me entregou antes esse belíssimo girassol que eu fiquei muito feliz de ver a juventude também na área rural, porque infelizmente não é o que acontece no Estado do Rio Grande do Sul como um todo. O êxodo da juventude que sai do campo, que não tem a continuidade na sua família é muito triste. E nós vemos que Porto Alegre está fazendo o caminho correto, que é o diverso, que não é o do Rio Grande do Sul, para nós, para mim é a certeza de que estamos no caminho certo. E a Câmara de Vereadores tem que fazer uma coisa: apoiar e dar possibilidades de aumentar, melhorar e potencializar a nossa área rural. Contem com o meu gabinete, contem com a Comandante Nádia; vamos em frente porque tem tudo para dar certo porque vocês já são vencedoras. Obrigada.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente Mauro, Rosélia, todo o time aqui dos Caminhos Rurais de Porto Alegre, tem-se uma medida, se fala que cerca de 6 milhões de pessoas desembarcam todos os anos no Salgado Filho, entram num carro locado, num ônibus fretado, vão para a Serra Gaúcha, voltam e vão embora para a sua cidade de origem. Tudo o que nós desejamos sempre é que possam ficar pelo menos um dia, uma noite em Porto Alegre, como nós mencionamos. Porto Alegre tem diversos atrativos, desde a sua parte de gastronomia, os nossos museus, a nossa orla, mas incluir cada vez mais os Caminhos Rurais, a Zona Sul de Porto Alegre como um foco também de turismo da nossa cidade, não apenas o turismo interno - que eu vejo que já acontece bastante, eu mesmo, semanas atrás, junto com a escolinha da minha filha, fomos visitar um dos espaços dos Caminhos Rurais para a gurizada poder ali ter um contato maior com o campo, aprender sobre os animais, ter um momento com a natureza -, mas não só o consumo interno, também para que a gente possa de alguma forma reter esse visitante que visita a nossa cidade, incluindo isso também como uma possibilidade de atrativo de desenvolvimento econômico e de mobilização da cidade. Meus parabéns a vocês, estão sendo pioneiros nos Caminhos Rurais na Zona Sul de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Rosélia, em primeiro lugar, agradecer a sua participação na nossa sessão e dizer que a gente fica muito grato em poder, de certa forma, através da Câmara de Vereadores, estar ajudando a mostrar um pouco da nossa zona rural de Porto Alegre, um lugar muito bonito e que

poucas pessoas da própria cidade conhecem. Então fazemos o convite e agradecemos que a senhora veio nos mostrar um pouco dessa beleza que Porto Alegre tem e, como bem disseram vários vereadores, ajudar a vender, mas não vender as terras, vender o turismo para a nossa zona rural, para, primeiro, Porto Alegre conhecer melhor a zona rural; depois, que a gente consiga trazer mais turismo para toda a Porto Alegre. Nós temos, como disse o Ver. Ramiro, várias oportunidades para mostrar em Porto Alegre, e a nossa zona rural é uma zona muito bonita. A gente teve a oportunidade de participar do lançamento e ver o quanto está sendo feito. Nós, que somos vereadores, acho que temos que nos ater a como podemos ajudar na preservação dessa parte rural, inclusive, mantendo essas propriedades como forma rural, evitando ocupações, ocupações irregulares, as ocupações que tem que tentar regularizar, que é a nossa função como vereadores, e dar oportunidade para jovens como os que estão aqui hoje para continuar esse belo trabalho dos seus pais, das pessoas que estão lá e que vivem há muito tempo nessa zona rural. Trazendo a parte da venda de produtos sem agrotóxicos, o turismo, acho que é uma forma de as pessoas, mesmo estando dentro de Porto Alegre, viverem de forma mais perto da natureza e terem seus rendimentos para poderem manter essas áreas. Muito obrigado por estarem defendendo a nossa zona rural de Porto Alegre, sei que vocês fazem isso muito bem. Contem com esta Casa, contem comigo no que a gente puder ajudar. Muito obrigado. Agradecemos a presença da Sra. Rosélia Araújo Vianna, presidente da Porto Alegre Rural (POARural). Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h23min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h29min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da a presença no dia de hoje aqui, municipais, municipais; às irmãs Rose e Regina, deixo o meu abraço aqui. Tenho a honra de falar em nome do PSOL, portanto em nome da Ver.^a Karen Santos, nossa líder; do Ver. Roberto Robaina, nosso líder de oposição; e do Ver. Alex Fraga, nosso companheiro, colega e grande amigo. Há dois projetos aqui que estão na priorização para serem votados hoje. Um é o PLCE nº 027/23, que é o primeiro; o outro é o PLCE nº 028/23, que é o segundo. Bem, o primeiro, do nosso ponto de vista, e com quem nós falamos do Simpa e dos municipais, o primeiro, o PLCE nº 027/23, ele é irrelevante, ele não muda nada. Para nós, do nosso ponto de vista, ele é sem consequências, Cuca, sem consequências.

Agora, o PLCE nº 028/23 é uma desgraça, é muito ruim, e eu digo o seguinte, afirmo o seguinte: o PLCE nº 028/23 não precisa ter urgência por parte do governo, não precisa. Esse debate de mérito do PLCE nº 028/23, eu acredito que possa existir de forma democrática, coerente e respeitosa, um debate sobre o PLCE nº 028/23.

Nós podemos votar o PLCE nº 027/23, que eu sei que, para o governo, faz diferença, e nós, na nossa visão, é um gesto de boa vontade com o governo e, em relação à categoria, não há repercussão. Mas, ao mesmo tempo que fazemos este gesto, e o líder do governo é uma pessoa sensível, Ver. Idenir Cecchim, vai compreender, por certo, que ao votarmos, Joãozinho e Ezequiel, companheiras e companheiros do Simpa, ao votarmos o PLCE nº 027/23, nós estamos sinalizando que queremos debater o PLCE nº 028/23, Marília, debater respeitosamente, democraticamente.

Não é que nós só tenhamos razão, não é isso, mas nós queremos sentar numa mesa onde se possa expor e ouvir argumentos, debater, contestar algum argumento, ter algum argumento contestado. É assim que se faz a construção de leis que permanecem, de legislações que organizam, de fato, categorias profissionais de todos os níveis, particularmente uma tão grande e tão importante quanto à dos municipais.

Então, fica aqui, Ver. Idenir Cecchim, tenho certeza de que, em nome do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Prof. Alex Fraga, da Ver.^a Karen Santos e certamente de vereadoras e vereadores do PT e do PCdoB, mas eu não falo em nome deles, é pelo PSOL, o nosso pedido, o nosso apelo: votemos o PLCE nº 027/23. V. Exa. tem razão, vereador, o PLCE nº 027/23 precisa ser imediatamente votado. Acho até que vai dar unanimidade; ousou dizer que vai dar unanimidade. Mas, por favor, adie o PLCE nº 028/23, pois temos que debatê-lo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Mauro, colegas vereadores, o público que nos assiste e a TVCâmara. Hoje, eu venho aqui aguardar o pedido de desculpas à Brigada Militar, mais especificamente aos soldados do 9º BPM que atuaram na ocorrência do motobói e do morador do bairro Rio Branco. Na semana passada... (Vaias.)

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, vamos colocar ordem na Casa. Tem que segurar meu tempo, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O seu tempo está assegurado, Vereadora. Peço silêncio ao pessoal que está nas galerias quando o vereador estiver se pronunciando, peço silêncio; após a fala da vereadora, podem se manifestar à vontade.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Mais especificamente, na ocorrência do motobói e do morador do bairro Rio Branco na semana passada, em que

um vídeo teve uma enorme repercussão. E que esses soldados foram sumariamente condenados e taxados de racistas. Deixo claro que é um crime inafiançável...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Provavelmente eu não ver isso acontecer aqui, pois quem acusou, apontou, vociferou como agora estão fazendo nesta tribuna. Presidente, ou nós vamos ter que retirar o pessoal...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O seu tempo está parado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu só gostaria de saber se eu estou sendo acusada de racista ou se é a Brigada Militar, porque é crime. Presidente, gostaria de saber se eu estou sendo acusada de racista, ou a Brigada Militar, porque isso é crime, e quem comete crime tem que ser apurado. Olhar para cada um. Ah, trocaram, agora é golpista. Golpista não é crime. Obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Temos até um vereador lá incentivando isso, Presidente. Eu acho que fica até feio, Ver. Jonas. Acabei de lhe ouvir aí dizendo... O senhor vem aqui para a tribuna discutir aqui, vereador, que fica muito mais bonito. Vem aqui. Vestir calças compridas é importante de vez em quando. Venha para cá. Vou pedir a identificação daquelas três senhoras lá que estão me chamando de racista, Presidente, porque isso é crime. As três senhoras que estão ali, e que eu identifiquei me chamando de racista, eu gostaria que fossem identificadas pela Guarda Municipal. Já por muito menos as pessoas foram retiradas da desta Casa, Presidente. Obrigada, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Como eu estava dizendo, provavelmente eu não vou ver isso acontecer, pois quem acusou, vociferou, apontou nessa tribuna a Brigada Militar como racista não está nem um pouco se importando com o bem-estar do cidadão negro ou do cidadão idoso. Essas pessoas têm como objetivo destruir a instituição militar, que preza pelos direitos humanos, que preza pela democracia e que preza pela liberdade das pessoas, que por certo são coisas que quem acusou não sabe o que são. Atacaram, naquela fala, do soldado mais moderno ao coronel mais antigo; toda a Brigada Militar foi atacada. Quero dizer para os senhores, que só em 2023 houve 5 milhões de interações da Brigada Militar com os gaúchos; 14 mil abordagens por dia; 114 mil prisões, e volto a dizer: 70% das pessoas presas, Ver. Ramiro, eram brancas, e sabe por quê? Porque cometeram fatos ilícitos, crimes. A Brigada Militar não prende branco ou preto, vamos parar com esse mimimi, vamos parar com essa demagogia barata,

demagogia que quer acabar com a instituição militar, mas esses que assim o fazem, são os primeiros a ligar para o 190 para pedir ajuda. A Brigada não escolhe cor, mas se restringe aos fatos, e agora eu pergunto: no ano passado, Ver. Hamilton, 311 militares foram feridos, 5 foram mortos, e eu não vi essa comoção nesta tribuna. Na última semana, uma pessoa trans não pagou o Uber, quando estava se deslocando, o motorista do aplicativo chamou a Brigada Militar e essa pessoa trans se colocou aos tapas, socos e mordidas no brigadiano. Eu não vi a comoção, aliás, o que nós temos que entender é que há uma tentativa de destruir a Brigada Militar. A Brigada Militar e as polícias militares vão existir o tempo todo, queiram aqueles que gostam de bandido ou não; para esses soldados, sargentos, oficiais, a minha a continência, porque eu sei o que é ser brigadiano. E quando terminar, Sr. Presidente, gostaria de terminar falando sobre a manifestação na Av. Paulista, em que estive com muito orgulho. Eu paguei as minhas passagens aéreas, eu paguei, e sabem por quê? Está difícil hoje, mas a gente consegue. Eu paguei as minhas passagens aéreas, eu paguei o meu hotel. Foi uma das maiores manifestações pró- liberdade, pró-família, pró-polícia, pró-fé, pró- família e pátria. Eu tenho uma grande esperança, uma grande esperança nessa manifestação, que é um divisor de águas, Ver. Cecchim, um divisor de águas para as eleições de 2022. A esquerda e seus amigos... Só para encerrar, escutem, depois vocês gritam; e seus amigos, filiados, simpatizantes, cometeram um erro enorme ao deixar Bolsonaro inelegível; sabem por quê? Porque com esse erro conseguiram reunir a direita, os conservadores, os patriotas para se mobilizarem, para se mobilizar e se reunir para 2026. Liberdade acima de tudo; vida sem liberdade é escravidão. Eu quero liberdade hoje e sempre; Brasil verde e amarelo...

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Vereador Jonas Reis (PT): A vereadora olhou para mim – que estou lá no plenário sentado com a população –, dizendo que eu estou incitando. Eles estão, voluntariamente, fazendo falas aqui.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): Está bem, está feito o registro. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mauro, vereadores, vereadoras, eu queria ... Antes de mais nada, não é o assunto principal, mas eu não posso deixar de comentar essa intervenção da Ver.^a Comandante Nádia acerca desse episódio de racismo que ocorreu em Porto Alegre contra o Everton. Um exemplo de racismo estrutural que existe, sim, na orientação do comando da Brigada Militar. Eu não posso deixar de comentar, não só para reafirmar a natureza racista do ato, mas também dizer que a Comandante Nádia – é assim que ela gosta de ser chamada – deveria se preocupar mais com os soldados da polícia militar do que com alto comando – hoje

no Rio Grande do Sul, há mais suicídios, há mais mortes em razão de suicídio de policiais militares do que em confronto nas ruas do Estado do Rio Grande do Sul. Porque os salários são baixos, os soldados são desrespeitados pelos comandos e são tratados como buchas de canhão, via de regra para defender governos que a senhora defende e que vão conduzir erros dos próprios soldados; via de regra para defender esse tipo de governo. Aliás, como o que a senhora foi fazer ontem lá nesse ato de São Paulo, por que é muito grave o ato de São Paulo. Eu acho que a extrema direita – a gente tem que ser realista – tem capacidade de mobilização, eu não nego que a extrema direita tem a capacidade de mobilização, razão pela qual tem muita gente que inclusive não é tão ideológica da extrema direita que acaba tentando entrar no barquinho, que acaba tentando pegar uma onda para ver se consegue se eleger. Não sei se é o seu caso, comandante, não sei, não vou julgar. O que eu julgo, sim, é que, embora a extrema direita ainda tenha a capacidade de mobilização, e eu acredito que sim, é necessário nós termos uma esquerda que saiba que a forma de derrotar um projeto de extrema direita e um projeto fascista é, em última instância, a capacidade de se mobilizar nas ruas também, sem o qual não há como derrotar um projeto, que é um projeto que tenta organizar o desespero de uma parte da classe trabalhadora e do povo para tentar se enfrentar contra qualquer medida que busca construir condições igualitárias entre as pessoas. Então, é preciso enfrentar nas ruas esse projeto. Mas é preciso que se diga que o discurso do ex-presidente Bolsonaro foi um discurso que mostrou a sua real situação. O discurso do ex-presidente... ele chegou a pedir que se apague, que se passe uma borracha no passado; pediu anistia para os que praticaram aquela tentativa de golpe em 8 de janeiro. Aliás, foi tão covarde que ele tentou usar aqueles que praticaram o vandalismo em 8 de janeiro para conseguir anistia para si mesmo e para a sua família, que essa foi a essência do seu discurso: mobilizar determinada tropa para conseguir uma negociação que amenize as possibilidades de o ex-presidente Bolsonaro ser preso, foi esse o ato de ontem. O ato de ontem foi um ato totalmente defensivo, um ato para pedir anistia. E saibam os bolsonaristas que, se depender de nós, não vai ter anistia para ninguém – para ninguém! Nada de anistia! Nada de esquecer o passado! Nós não vamos esquecer os 700 mil mortos da pandemia! Nós não vamos esquecer o desmonte da saúde e da educação pública, as privatizações! Nós não vamos esquecer a tentativa de fazer com que um golpe de estado alterasse o resultado da eleição de 2022! Não vai haver anistia, não vai haver esquecimento; vai, sim, haver exigência de investigação – investigação rigorosa e punição! E eu acredito que o ato de ontem não alterou em nada a relação de forças, não vai alterar a investigação do Supremo Tribunal Federal e não vai alterar o curso que essa história vai ter, que é, sim, o Bolsonaro terminar na lata de lixo da história, que é o lugar dele, de onde nunca deveria ter saído. Termino, Presidente Mauro, dizendo só uma palavra: eu acho muito importante que o projeto do Previmpa não seja votado hoje. Não é urgente, não está em urgência e, além do mais, um projeto como esse, justamente num ano eleitoral, em um governo que teve acusações de todo o tipo na área da educação e na área do DMAE – do DMAE, eu estou pedindo até agora uma CPI para investigar a roubalheira que houve lá dentro, do diretor-presidente do DMAE, nomeado pelo prefeito Sebastião Melo! –, então eu acho que não

convém a Câmara dos Vereadores dar qualquer cheque para o governo controlar uma instituição que está bem administrada, tem caixa e não tem nenhum motivo para que o conselho do Previmpa seja alterado e para que o presidente não siga sendo eleito pelo voto direto. Muito obrigado, Presidente Mauro, um abraço a todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, caros colegas vereadores e vereadoras, as galerias aqui lotadas – maravilhosas! –, sejam muito bem-vindos. Não ao PL 28; estamos juntos! Eu quero aqui desta tribuna homenagear a todos e todas que lutaram pelo fim do período mais vergonhoso da história do Brasil, que foi a ditadura militar – 60 anos! Faço essa homenagem através do registro de 50 anos do assassinato do combatente Cilon da Cunha Brum. Cilon, gaúcho de São Sepé, teve uma atuação destacada na luta contra a ditadura, a partir do Araguaia, nos primeiros anos da década de 1970. O Brasil vivia um dos períodos mais tenebrosos da sua história, o fascismo desfilava triunfantemente. O AI-5 havia fechado o Congresso, cassado mandatos, suspensas as eleições em todos os níveis, calada a oposição. Os partidos políticos, os sindicatos, as entidades estudantis e populares estavam fechadas ou eram perseguidas. Os meios de comunicações estavam censurados e a cultura garroteada. A resistência urbana havia sido aniquilada e todos os seus líderes mortos. As prisões e os centros de tortura estavam cheios e crescia o número de mortos e desaparecidos. Milhares de brasileiros haviam sido obrigados a ir para o exílio. A conquista da Copa do Mundo e o dito milagre econômico anestesiaram parte do povo. Foi neste contexto de imensas dificuldades que, em 12 de abril de 1972, foi deflagrada a guerrilha do Araguaia, após um ataque de tropas do exército. Os combatentes resistiram por três anos, lutando contra as incursões do exército que somavam 10 mil soldados, entre Marinha e Aeronáutica, apoiados pelas polícias militares da região e assessorados pelos especialistas em luta antiguerrilha portuguesa e estadunidense. A guerrilha foi derrotada; seus integrantes foram torturados e executados. Muitos familiares ainda hoje buscam pelos restos mortais, mas mesmo derrotada, mostrou que o povo brasileiro estava disposto a ir às últimas consequências na luta por liberdade. Nos dias atuais, registrem por favor, nos dias atuais, o Fascismo, os saudos da CFC, famosa tradição família e propriedade, integralista, investigações da Polícia Federal dão conta de que o ex-presidente Bolsonaro articulou e coordenou a tentativa de estado de sítio no Brasil, que violaria o Estado Democrático de Direito e reeditaria os horrores da ditadura já vividas no Brasil. Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que a palavra de Cilon e de tantos combatentes permanece viva e forte. E como disse a poeta comunista Lila Ripoll: “Morreram? Quem disse, se vivos estão! Não morre a semente lançada a terra. Os frutos virão”.

Eu convido a todos e todas para amanhã, às 18h30min, aqui neste plenário, nós faremos Ver. Pedro Ruas, uma homenagem para Cilon, presente! Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD): Boa tarde. Quero saudar aqui nosso Presidente deste Parlamento; saudar os demais colegas; o público que nos assiste e dizer que eu venho nesta tribuna para compartilhar o trabalho em prol da saúde mental que tem sido desenvolvido na cidade de Porto Alegre e que tem tido uma boa repercussão, tendo sido, inclusive, divulgado no Jornal do Comércio, no jornal O Sul, este trabalho tem trazido bons resultados para a cidade de Porto Alegre.

Desde o primeiro dia do nosso trabalho aqui na Câmara de Vereadores, eu tenho insistido e trabalhado com o nosso prefeito sobre a [Lei Federal nº 13.935 de 2019](#), que prevê a contratação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Foram três anos de muita insistência, de muita luta, de muita articulação com o governo e no final do ano passado, em outubro de 2023, o termo de cooperação foi assinado com a Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social - Abess, em que serão, então, disponibilizados 421 profissionais, entre eles, 27 psicólogos, 16 assistentes sociais, 8 fonos, 9 psicopedagogos e 357 agentes de educação inclusiva. Isso foi uma grande conquista do governo Melo. Eu ousou dizer que juntamente com o Centro de Referência do Transtorno Autista, o Certa, foram as principais entregas deste governo na área da saúde mental. Compartilhar que já realizei diversas reuniões com a equipe da Abess, esta que foi a OSC selecionada para realizar esse trabalho dos psicólogos nas escolas, e o meu papel é fiscalizar, então eu faço questão de acompanhar este trabalho de perto. Referir então que esse programa, o Incluir+POA, já tem 100% destes profissionais contratados, isso gerou 421 novos empregos na cidade de Porto Alegre, sendo contratados, inclusive, outros profissionais pela Abess, os agentes de educação inclusiva, que são os conhecidos monitores, vamos pensar assim, já receberam 144 horas em treinamento, bem como os psicólogos, as assistentes sociais, os fonos. Então, neste treinamento, são realizados estudos de caso para entender mais o perfil da criança e também até cursos de primeiros socorros em consonância com a Lei Lucas. Todas as crianças especiais da rede municipal, que são 3.394, já foram cadastradas em um sistema criado pela própria Abess, um sistema, um *site* que tem o perfil de cada criança, e isso é muito importante para entender o histórico de cada criança. Também eu fiz questão de acompanhar a Abess numa reunião com o secretário municipal da SMED, o Paulo, para alinhar alguns pontos deste programa que tem sido um sucesso aqui na cidade de Porto Alegre. No último dia 14 deste mês, este Parlamento também aprovou um projeto de lei de minha autoria que prevê a criação de um cadastro único com pessoas que têm o transtorno do espectro autista. O propósito desse projeto é elaborar, ter dados para poder elaborar políticas públicas voltadas para as pessoas autistas. Ele tem sido muito bem recebido pela comunidade atípica, e tenho recebido o contato de outros parlamentares, de outros vereadores do nosso Estado e do nosso Brasil pedindo cópia desse projeto, porque também querem fazer em suas cidades. Mas por que fazer, por que ter um projeto de lei, por que ter uma lei sobre o cadastro único dos autistas? Para a gente ter as políticas públicas e ter o número certo. Segundo a

Faders, que é um órgão do governo do Estado, hoje temos 3.448 crianças com autismo, pessoas com autismo, e esse dado eles têm a partir da CIPTEA, aquela carteirinha do autista. Mas e aquelas pessoas que não buscaram a Faders para fazer a carteirinha do autista? De acordo com o Certa, que é o Centro de Referência do Transtorno Autista em Porto Alegre, hoje, tem 2.680 pessoas, crianças e adultos, com o Transtorno do Espectro Autista. Então, de fato, nós precisamos saber exatamente qual é o número, para assim pensarmos em políticas públicas. Compartilhar também que, na última sessão desta Casa, no dia 21 de fevereiro, foi aprovado outro projeto meu que estabelece o Observatório ObservaPOA-PSI, que é um site onde terão as principais informações sobre o perfil PSI – o psicológico, o psiquiátrico. Assim como nós sabemos por bairro, por região, o dado de sexo, renda, formação, escolaridade, nós também precisamos saber o perfil PSI de cada região para, assim também, pensarmos em políticas públicas. E é óbvio que os dados pessoais como o nome dos pacientes não serão compartilhados. Compartilhar também que, nessa semana passada, nós estivemos com o secretário da Saúde Fernando Ritter e estamos também agora batalhando para termos psicólogos nos postos de saúde. Isso é muito importante. Temos, hoje, psicólogos nos CAPS, nas equipes de saúde mental, mas precisamos também nos postos de saúde. E, para finalizar, também já está tramitando nesta Casa um projeto em M-CHAT, que prevê a detecção precoce de crianças que possam vir a ter o Transtorno do Espectro Autista. Então, encerro referindo que muito temos trabalhado em prol da saúde mental. Com certeza, sim, temos que avançar mais, mas muito já tem sido feito. Muito obrigada. E que Deus abençoe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, Sras. e Srs. Vereadores, senhoras e senhores da assistência, público que nos assiste na TV e nas mídias digitais. Chega a doer nos ouvidos o tanto de bobagens que foi dito aqui a respeito da direita. Chamaram de fascista e não sei mais o quê e “ista” e azulejista e... O bom é que essas pessoas, Ver. Ramiro, podem dizer isso numa democracia que é justamente fruto do pensamento liberal, que é justamente fruto do pensamento conservador, afinal de contas, se nós formos olhar – e pelo que a gente escuta na plateia –, são representantes do atraso, de países que não têm democracia, não têm respeito, como nós podemos ver, agem como fascistas, tentando calar a democracia, mas o bom é que se refestelam justamente na sociedade ocidental de cultura judaico-cristã que permite, aliás, que haja sindicatos. Ou vocês acham que na China, além do trabalho escravo, tem sindicato? É claro que não. Mas eu gostaria de ouvir, Ver. Pablo, Ver.^a Lourdes, Ver. Cláudio Conceição, que me dá a sua atenção, Ver.^a Barth, o pedido de desculpas por parte daqueles que subiram aqui nesta tribuna para acusar a Brigada de tudo que é tipo de impropério sem dar o devido benefício da dúvida e aguardar os processos legais. O caso era estranho de verdade, tanto é que o comandante Feoli abriu uma sindicância, uma investigação, a Polícia Civil também, e agora se comprovou aliás que o soldado que fez

a abordagem entrou por cotas na Brigada Militar por ser pardo. Eu quero saber onde está o pedido de desculpas da esquerda caranguejo, como diz o meu colega Ramiro Rosário, que hoje vai ser derrotada nesse plenário. Aliás, já dou de antemão que a vinda de vocês é inútil, pois Porto Alegre tem pressa para se reorganizar e respeitar o dinheiro dos pagadores de impostos. Então eu quero ver se haverá um pedido de desculpas para todos aqueles que falaram os impropérios. Não vai acontecer, Ver. Pablo, mas a fala do comandante Feoli lava a alma, bota todos os pingos nos is. E aquele adjetivo que ele disse lá é realmente o que expressa o que é essa gente, essa gente que xinga a Brigada, essa gente que é amiga de ditadura, que amanhã vai enaltecer um terrorista nesta Casa, para vergonha deste Parlamento. Para vergonha deste Parlamento, haverá homenagem para terrorista amanhã!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Isso a direita não faz, porque o pensamento liberal não dá espaço para terroristas, para aqueles que querem atentar com a democracia. Por isso, ontem, a mensagem dada na Av. Paulista é importante, é importante contra esse tipo de gente que quer atacar o Estado Democrático de Direito, quer mamar no dinheiro do pagador de impostos, só enxerga o seu próprio umbigo e não tem uma imagem do todo. O Brasil reage, apesar do chefe de quadrilha da Presidência da República... (Vaias.) O Brasil reage apesar da compra de apoio contra o *impeachment* com emendas, e assim vai ser, Ver. Ramiro. O partido NOVO defende valores, o partido NOVO defende princípios independentemente de quem seja. Essas vaias e essa falta de educação mostram que são justamente os fascistas que acusam os outros de serem. Viva a liberdade, viva o Estado Democrático de Direito, viva a liberdade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Claudio Janta (Solidariedade) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que o período do Grande Expediente seja transferido para o final da sessão, após a discussão da Pauta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, principalmente a cidadania que se encontra presente, mulheres e homens, muitos servidores públicos que serviram a esta cidade. Graças a eles, muita gente garantiu sua vida na saúde, garantiu a educação para os seus filhos, garantiu o serviço de

saneamento de qualidade, premiado que foi o DMAE. Premiado quando tinha mais de 3 mil servidores, hoje não chega a mil servidores pelo sucateamento que a extrema direita perpetra. Parabéns a vocês pela altivez e por estarem aqui buscando o diálogo com esta Casa, que infelizmente tem gente que sobe a esta tribuna, como a Ver.^a Nádia, o Ver. Tiago, para provocar o público, provocar a população que paga o salário deles. São eles que pagam o salário, parece que eles se esquecem! Ah, eles se esquecem que é o povo que recolhe impostos para garantir este prédio em pé! E, diga-se de passagem, o orçamento do Legislativo é grande – é grande! Mas aí eu me pergunto: vem aqui a vereadora e fala seis minutos de Brigada Militar, e ela se esqueceu que as ruas estão esburacadas; que tem 11 mil crianças sem vaga na educação infantil; que hoje são cinco anos e meio para fazer uma cirurgia na capital; que não tem acesso à cardiologista; que hoje ali, no Santa Marta, onde há idosos, doentes, pessoas com deficiência, o elevador está estragado, estão subindo e descendo escada – isso tudo que é a nossa cidade, essa vereadora de extrema direita não sabe. Ou seja, ela acha que é deputada. Ela tem que aterrizar, voltar aqui à Câmara de Vereadores e ver que precisamos lutar por saneamento, educação, saúde e assistência social. Ela tem que lembrar disso, mas não só isso. O Ver. Tiago, do partido NOVO, veio aqui e falou impressionantes cinco longos minutos sem falar do fundo eleitoral, que agora o partido NOVO vai chegar no fundo eleitoral, que antes eles falavam: “Nós não vamos com fundo eleitoral, fundo eleitoral não, nós mesmos financiamos”. Pois agora, eles vão abocanhar o fundo eleitoral, ele não deu um pio! Esse é o partido NOVO que já nasceu velho, já nasceu antigo, e aí ele não lembra, para vocês verem que eles são seletivos. E a Ver. Nádia é tão seletiva que ela não consegue ver as bagunças que o prefeito dela faz, ela falou aqui que no Rio Grande do Sul tem tantos mil presos, que a Brigada prendeu tantas mil pessoas, mas ela não falou dos quatro presos ligados ao governo Melo, investigados na educação. Ela não lembrou de quatro pessoas presas, no mês de janeiro, nesta cidade, vereadora! Eu vou lembrar. E uma delas era a secretária de educação deste Município, indicada pelo prefeito Melo! Foi presa em janeiro, e tem até foto com a senhora lá entregando flores para ela, quando ela saiu da Prefeitura, no ano passado. Então, vereadora, sem seletividade. Quando a senhora falar dos presos do Rio Grande do Sul, fale também dos presos investigados da SMED, da Prefeitura do governo Melo; sem seletividade. Vamos botar os pingos nos is aqui.

E, por último, para encerrar, eu quero dizer que nós estamos indo de mal a pior porque nós temos um Previmpa saudável, com quase R\$ 5 bilhões investidos porque os servidores, no Conselho de Administração, responsabilmente eleitos pela categoria, debatem onde investir o dinheiro. Agora eles querem diminuir a quantidade e botar uma presidência indicada pelo prefeito. Ah, que maravilha! O último que era presidente do Previmpa na época do Marchezan agora está trabalhando na iniciativa privada. Que caso curioso esse. Lá numa instituição financeira. O que acontecerá de fato com essas pessoas, hoje, que estão querendo tirar a autonomia de um fundo que vai bem? O que será do futuro dos aposentados pensionistas da Prefeitura de Porto Alegre quando o Previmpa estiver entregue à renda variável, que é a mais perigosa que tem? Hoje a lei não permite; eles querem flexibilizar para vir o capital especulador financeiro abocanhar mais uma

previdência neste Brasil. Mas a categoria municipal há de lutar e nós, nesse dia, haveremos de derrotar isso que é o desmonte da previdência municipal, a retirada da autonomia. Respeito aos servidores e servidoras públicos, respeito ao Previmpa que há mais de 20 anos mostra a sua saúde financeira e garante as aposentadorias. Menos mercado e mais responsabilidade, governo Melo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (Solidariedade): Sr. Presidente, colegas vereadores, municipais que nos assistem, público que nos assiste...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (Solidariedade): Sr. Presidente, público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara, das plataformas digitais, servidores que estão aqui na Câmara, população em geral; semana passada eu falei aqui sobre o apoio a um projeto que tem no Senado que proíbe, no Brasil, a fabricação e a comercialização de fogos com estouro, com estampido. E vimos nesse fim de semana a dificuldade das famílias com pessoas autistas na cidade de Porto Alegre, dos *pets* de sobreviverem nesta cidade na qual tem uma lei que proíbe os fogos com explosivos, fogos com barulho, com estopim. É proibido na cidade de Porto Alegre, é proibido. O que se viu na sexta-feira e no sábado? Não sei se foi no encerramento ou na entrada da última escola, mas se viram muitos fogos de artifício. No sábado, chamou a atenção, porque foram mais de três, quatro minutos de fogos. Não era estrondo; era estouro lá no Porto Seco, que se ouvia em toda a Zona Norte.

Recebi várias ligações de mães dizendo que seus filhos estavam abalados com a questão dos fogos, algo que é proibido na nossa cidade. Isso aconteceu na madrugada de sexta-feira e na madrugada de sábado. E ontem, o que se viu em Porto Alegre, no estádio, onde deveria ter uma fiscalização mais forte da Brigada Militar, da Prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Estado, na questão dos fogos com estampido, com fogos com estouro.

Não podemos mais sobreviver com isso. A gente vê países no mundo inteiro festejando datas importantes, festejando copas de futebol, chegada de jogos, uma série de coisas, espetáculos maravilhosos e lindos somente com fogos de luz, somente com fogos luminosos. Não é mais cabível este País ainda ter nas suas atividades culturais e esportivas a questão dos fogos com estouro, com estampido. Isso até é segurança pública, porque é sabido: quando chega a droga na cidade, quando chega a droga nos bairros, em função dos fogos que são estourados quando chega a polícia. Isso é uma questão de saúde, é uma questão de se colocar no lugar de uma mãe que está com o seu filho em crise; e não é uma crise temporária, é uma crise que dura dois ou três dias. Essa criança só é contida com muito amor, muito carinho, muito afeto por uma mãe que, muitas vezes, está sozinha com

esse filho em casa e tem que buscar esse filho dentro de um guarda-roupa, dentro do armário, embaixo da cama. Assim como os *pets*, que ficam enlouquecidos dentro de casa ou no pátio com a questão dos fogos. Então, acho que isso é um tema que esta Casa tem que discutir. É uma lei aprovada por nós, por maioria absoluta desta Casa, uma lei sancionada e que tem que ser cumprida na cidade de Porto Alegre. Todos os eventos precisam comunicar a forma como vai comemorar. Não pode mais o carnaval de Porto Alegre ter queima de fogos com estampido, não pode mais o carnaval de Porto Alegre tirar o sossego de crianças autistas, não pode mais os jogos da dupla Gre-Nal, na cidade de Porto Alegre, tirarem o direito das crianças autistas. É incabível que a lei não seja cumprida nesta cidade. É impossível que uma lei discutida e criada nesta Casa não seja cumprida nesta cidade. É imprescindível que o Congresso Nacional aprove uma lei proibindo a fabricação e a comercialização de fogos no território nacional. (Palmas.) Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.)

(16h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1199/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 027/23, que altera o § 1º do art. 34, os §§ 11 e 12 do art. 37-A, o § 1º do art. 63, inclui os incs. I e II no § 12 e o § 13 no art. 37-A; e revoga o § 6º do art. 64, o art. 68; o § 2º do art. 87 e o art. 93, todos da Lei Complementar nº 478 de 26 de setembro de 2002 – que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência do Município de Porto Alegre, disciplina o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – e alterações posteriores. **(SEI 118.00641/2023-32)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e Emenda nº 01.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- com Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim;
- com Emenda nº 02 (destacada), dos Vers. Airto Ferronato (Líder da Bancada do PSB) e

Cassia Carpes;

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o PLCE nº 027/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): No dia de hoje, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, municipais, municipais, Marília, João, companheiras, amigos, a primeira intervenção que ocorreu foi a minha, e eu fiz um pedido – não foi respondido, mas eu fiz um pedido – à liderança do governo na Casa, que foi o seguinte: nós temos dois projetos a serem votados de interesse do Executivo com relação aos municipais – dois –, o chamado número 27, Silvana, e o 28. Bem, o que eu disse nesta tribuna e a maioria que está aqui assistiu? Quanto ao PLCE nº 027/23, nós podemos, sim, votar a favor, não temos problema algum de votar a favor, mas gostaríamos que, com relação ao PLCE nº 028/23 – e disse ao Ver. Idenir Cecchim, que é líder de governo, é um vereador sensível, experiente –, que esse 28 possa ser objeto de uma discussão madura, democrática, onde possamos ouvir argumentos e expor argumentos, onde possamos aceitar algumas ponderações e possamos ter algumas das nossas ponderações aceitas. Isso se daria, do meu ponto de vista reitero o que disse no primeiro pronunciamento aqui, na tarde de hoje: se nós votássemos o 27 e tivéssemos o 28 adiado, com uma condição de conversa, podem ser escolhidos os interlocutores, representantes da direção do Simpa, obviamente, alguma vereadora talvez, algum vereador, ou não, depende do governo e do Simpa, mas que houvesse a possibilidade de conversa, diálogo produtivo. É um pedido. Há pedidos que são aceitos, há pedidos que não são aceitos, mas é um pedido. Eu acho que há uma lógica, e em hipótese alguma que vou julgar a liderança do governo, mas ele tem se mostrado, o líder do governo, com capacidade de entendimento de cada situação, momento a momento. Então, nesse momento me parece razoável, bem razoável que nós tenhamos, já devíamos ter tido a tempo, a votação do PLCE nº 027/23, com a aprovação, e a suspensão e adiamento do PLCE nº 028/23, para uma conversa de mérito, séria, democrática e produtiva. Esse é o meu encaminhamento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 027/23.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Boa tarde, vereadores, vereadoras, em especial aos meus colegas servidores públicos e servidoras públicas municipais, que puderam estar aqui hoje para demonstrar a sua indignação. (Pausa.) O quê? É fácil interromper uma mulher, principalmente uma mulher negra, só

que não vão nos calar, assim como não vão calar os servidores públicos municipais que defendem a carreira pública, que defendem o serviço público de qualidade, que defendem o atendimento de qualidade para o povo, apesar dos prefeitos, apesar dos governos que sucateiam, precarizam e esvaziam os conselhos, a participação pública. Não vamos calar; eu falo aqui também para os meus companheiros e companheiras do movimento social negro aqui presente, por que a nossa voz se levanta, porque racismo não é mimimi. O nosso País foi estruturado, alicerçado no racismo, e eu não estou falando de um policial, de um brigadeiro, nós falamos de racismo institucional contra a população negra. E, se a Ver.^a Nádia sabe o que é ser uma brigadiana, eu sei o que é ser uma mulher negra neste País, eu sei o que é ser uma mãe de um jovem negro, eu sei o que é ser filha de um homem negro, de uma mulher negra, e as mazelas que o racismo traz para a população.

Eu vim aqui encaminhar, de início, o PLCE nº 027/23 pela nossa bancada do PCdoB e, em função também do que conversa e a opinião da nossa categoria, não vai colocar óbice a esse projeto. Mas nós estamos aqui para defender mais do que o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Nós estamos extremamente indignados e preocupados, não só os servidores e servidoras que estão aqui, toda a família municipal está preocupada com a retirada da autonomia do Conselho do Previmpa, com a retirada dos servidores públicos concursados e eleitos pela categoria para estarem lá fiscalizando o nosso dinheiro. Felizmente a gestão de contratos que o Conselho de Administração faz, e eu já fui presidente do Conselho do Previmpa... Eu me preocupo com essa indicação, que o governo queira indicar inclusive o presidente. É difícil, parece, fazer gestão de contratos, não para o Conselho de Administração de Previmpa, mas a minha escola demorou muito tempo inclusive para ter capina, faltam vagas nas escolas. Fazer gestão, a autarquia e o Conselho de Administração sabem fazer. Encaminhamos – gente, sem óbice ao PLCE nº 027/23, mas ao PLCE nº 028/23 – o Previmpa é nosso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 027/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate sobre previdência. Aqui nesta Casa, vários vereadores votaram para reformar a previdência neste governo do Melo – é importante vocês lembrarem disso – sem nenhuma necessidade porque o Previmpa sempre foi superavitário. Mas eles foram lá e votaram, à época, para as professoras, por exemplo, aumentarem em sete anos o tempo para se aposentar: “Fiquem mais sete anos dentro das escolas”. Mas, vários deles que votaram, correram para se aposentar, igual a Ver.^a Comandante Nádia, que antes dos 50 anos de idade aposentou-se. É, mas para as professoras, enfermeiras, assistentes, para as guardas municipais não, mas para ela sim. Ela foi lá, correu e pegou, está lá na reserva da Brigada antes dos 50. É uma barbada ou não é? É uma barbada! Reformar a aposentadoria dos outros, mas a sua goteira está lá – e não é uma goteira pequena viu? São mais de R\$ 30 mil por mês – é um torneirão, é um torneirão de recursos! Aí eles estão, de novo, querendo mexer na previdência para agora flexibilizar para o mercado

financeiro! O mercado financeiro está nem aí para a Prefeitura de Porto Alegre, nem aí para os servidores, nem aí inclusive para a classe política da capital, para os vereadores. Acha que eles dão bola para os vereadores? Acha que o mercado financeiro vem aqui bater na porta dos vereadores? Mas eles estão reformando, conforme o Melo quer, para acontecer o que no futuro? Este é o perigo: o futuro! Vocês lembram da Varig em 2006? Depois, os coitados dos aposentados garantiam sagradamente recurso todos os meses, foram lá pra receber só 8% – só 8% –, uma vergonha! Imagina tu contribuíres e depois... Nós temos que ter responsabilidade com os de hoje, com os de amanhã. Não tem que mexer no conselho do Previmpa, o Previmpa vai bem – bem gerido, bem organizado –, a gestão indica metade a outra metade é eleita, o presidente é no voto e a coisa acontece bem. Tanto é que o prefeito foi lá e pegou agora, o governo pegou o dinheiro do Previmpa com a resseguração de massas. Pegou... Só que o Previmpa não é deste prefeito nem de outro que vai vir, nem de alguém que veio antes, o Previmpa é da cidade, das municipais, dos municipais, dos trabalhadores que contribuem todos os meses, é responsabilidade! Se tem uma coisa que foi criada nesta cidade e que dá certo é o Previmpa, porque ele assegura a aposentadoria, pensão, recursos e saúde financeira, ele está bem gerido, não tem que mexer. Time que está ganhando, eles querem mexer; não dá pra aceitar. Então nós, da bancada dos Trabalhadores, ficamos escandalizados com a falta de capacidade do governo Melo de fazer entregas para a cidade, ele está fazendo esse projeto do Previmpa sabe por quê? Porque a ZH está no ouvido dele todos os dias. O jornal a Zero Hora está lá, bota: “Fulano de tal soltou tal coisa; beltrano delatou fulano; sicrano foi preso; beltraninho...”. É por isso, tem que entregar alguma coisa para a cidade, não consegue entregar escola, até agora não entregou uma escola; não consegue entregar posto de saúde, até agora não entregou o posto de saúde; está faltando médicos; as estruturas... Chove na cabeça! No HPS e no HPV chove na cabeça dos pacientes. O prefeito não entrega nada, então ele tem que fazer isso aí, entregar a previdência ao mercado financeiro, porque ele não entrega serviços públicos à cidadania. Pior de tudo: nunca na história deste Município a gente viveu tamanha vergonha de falta de água periódica na Zona Leste e Extremo-Sul e ninguém fala. Parece que ninguém tem problema de água na cidade, e está lá sucateado o DMAE, está lá o DMAE sem funcionários, com poucos funcionários e eles não deixam os engenheiros, os técnicos fazerem os concursos que têm que fazer para suprir os cargos vagos – 2.000 cargos vagos! Inclusive o prefeito fez esses contratos temporários – para vocês saberem –, nesses contratos temporários ninguém contribui com o Previmpa, mas o salário vem da prefeitura, vem do contribuinte, e o Previmpa não contribui, contribui lá em Brasília. Isso não ajuda, isso que gera a falta de saúde financeira, vai debilitando aos poucos, se meter só contrato temporário, quem é que vai contribuir com o Previmpa? Eu queria que alguém explicasse isso, e eu até votei aqui viu? Eu votei nos contratos temporários porque era emergencial, mas tem que ter o concurso, porque é esse que vai garantir que os aposentados vão continuar sendo pagos. Então, por favor, para concluir, tenhamos tenência coletiva, vamos recobrar o sentido da boa política, da política com

responsabilidade financeira com o futuro, e não só com “Vou agradecer o prefeito, vou votar aqui para ele me ajudar”. O que é isso? Assim não se faz.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 027/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, Sras. e Srs. Vereadores, assistência, lendo a análise muito bem feita pela nossa bancada, acho que eu entendi, Ver. Cecchim, por que que o líder do PT é tão contra. Um dos requisitos diz assim: não ter sofrido condenação criminal. Isso dói para o PT. Isso dói para um partido que assaltou os cofres da República. Isso dói para o partido que fez o carro-chefe da Lava Jato. Então eu entendo, Ver. Jonas, que V. Exa., entre outras coisas, tenha problemas ao lidar com condenação criminal. Afinal de contas, nós temos o chefe de quadrilha na presidência da República e que agora compra parlamentares com o dinheiro público com as emendas.

Eu não tenho procuração, nem pretendo defender a Comandante Nádia, mas eu gostaria de saber: quando a Ver.^a Cuca foi interrompida, ela disse que foi por ser mulher; o líder do PT atacou uma mulher aqui, gente, e vocês bateram palmas! Sororidade seletiva? Sororidade seletiva desta gente que está aqui reivindicando seus supostos direitos? Por que quando foi com uma vereadora de esquerda, vocês reclamaram, e quando o líder do PT faz....

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vou pedir mais uma vez para assegurar o tempo do vereador na tribuna. Vamos respeitar o Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então a sororidade seletiva da esquerda impressiona, Ver. João Bosco Vaz, que me dá a sua atenção. Quando o líder do PT, de uma forma até meio covarde, atacou a Comandante Nádia citando um detalhe particular – veja, eu estou desmascarando este pessoal da esquerda que tem sonoridade seletiva, Ver. Cecchim –, quer dizer que uma mulher da esquerda vale mais que uma mulher da direita? Veja a incongruência deste discurso! Sobre o Previmpa vamos votar “sim” neste projeto; “não” na Emenda nº 02; “sim” na Emenda nº 01 do Ver. Cecchim.

A gente sabe que o Ver. Jonas tem problemas quando se fala de ficha criminal por causa do partido dele, mas nós vamos ainda passar o Brasil a limpo, nós ainda vamos mostrar, democraticamente, dentro dos termos constitucionais, que o que a Suprema Corte fez realmente foi ao arrepio da lei. Quanto a esses projetos de modernização, sugiro para vocês que estão aqui que confiem mais no mercado financeiro do que no PT; o PT toma, o mercado financeiro dá. Obrigado Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 027/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Pedro Ruas, o Previmpa é nosso, não do Simpa. Eu quero fazer uma justiça aqui a dois vereadores, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Robaina, no ano passado, quando este projeto estava pronto para ser votado, os vereadores me pediram para que se adiasse e a base toda – eu conversei com todos – concordou para que se adiasse a votação deste projeto. Hoje, o Ver. Pedro Ruas, educadamente, é do seu feitio sempre ser educado, pediu novamente para que se fizesse esse adiamento e se votasse o PLCE nº 027/23. Em princípio estava tudo *ok*, mas a base levou muito chumbo durante esta sessão.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): É. É verdade. É verdade, e colocaram por água abaixo um pedido educado do Ver. Pedro Ruas, e a base quer votar por algumas declarações ofensivas que fizeram aqui, ofensivas ao Prefeito e ofensivas à nossa base. Então nós vamos votar os dois projetos. Até daqui a pouco na votação. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 027/23. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**; 10 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 027/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com as abstenções do Ver. Roberto Robaina, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Karen Santos, Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Jonas Reis, Ver.^a Coletivo Cuca Congo, Ver.^a Biga Pereira e Ver. Jessé Sangalli.

Em votação o PLCE nº 027/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com as abstenções do Ver. Pedro Ruas, Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Jonas Reis e Ver.^a Karen Santos.

Vereador Adeli Sell (PT): Declaração de voto (Lê.): “Como se trata de uma adequação, votamos ‘sim’; porém, salientamos que o Previmpa é dos servidores, não dos governos. Adeli Sell, vereador do PT.”

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): Uma questão de ordem, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Questão de ordem não tem tribuna, questão de ordem se faz...

Vereador Roberto Robaina (PSOL)(Questão de Ordem): Não tem problema, eu vou ali, desde que eu possa fazê-la.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Questão de ordem não é Grande Expediente, daí o senhor tem que falar qual é a questão de ordem. Agora, se o senhor fizer um requerimento, daí o senhor pode encaminhar o requerimento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): Não é um requerimento, é uma questão de ordem. O líder do governo Idenir Cecchim, antes de fazer a leitura, Presidente Mauro, disse que nós havíamos pedido para adiar. Efetivamente, foi no ano passado, nós fizemos esse pedido, foi adiado, mas o governo resolveu colocar em votação no dia de hoje. A minha questão de ordem é por violação ao art. 82 do *caput* da Lei Orgânica Municipal e do art. 94, § 3º, letra n, do Regimento. O art. 82 da Lei Orgânica Municipal diz o seguinte: “A Câmara Municipal deliberará pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos vereadores, salvo as exceções previstas nesta Lei Orgânica (...)”. O art. 94 trata de que “Requerimento é a proposição verbal ou escrita, dirigida por vereador à Mesa, sobre matéria de competência da Câmara”, [§ 3º] “Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, com encaminhamento de votação nos termos desta Resolução, o requerimento que solicitar [letra n] urgência e retirada do regime de urgência”. Eu fiz uma questão de ordem como manda o figurino, dentro das formalidades. O conteúdo essencial, se o senhor não quiser que eu leia todo, mas eu gostaria de convencer os vereadores e as vereadoras de que, se nós votarmos hoje, nós vamos estar violando o art. 82 da Lei Orgânica do Município e o art. 94.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O senhor está falando agora do PLCE nº 028/23 que vamos colocar em discussão e votação, não do PLCE nº 027/23.

Vereador Roberto Robaina (PSOL)(Questão de Ordem): Sim, não do PLCE nº 027/23, estou falando do PLCE nº 028/23, justamente porque eu quero que não seja votado, eu quero que seja discutido nas comissões, como corresponde. Eu quero deixar registrado, Presidente, que eu estou apresentando a presente questão de ordem em seu inteiro teor no processo SEI nº 050.00110/2023-26. Eu até gostaria – não sei se é possível, o Luiz Afonso, às vezes, cumpre esse papel, não é um papel muito bom – que

se transmitisse no telão o vídeo constante do Documento nº 0671047, constante do processo SEI nº 050.00110/2023-26, se puderem passar, porque eu quero, com esta imagem, demonstrar, por imagens, o que esta questão de ordem representa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Só para eu entender, o senhor está fazendo uma questão de ordem, apresenta este documento para pedir...

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): A transmissão do vídeo, são 33 segundos, é curto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, o processo está aberto só no seu gabinete, não está aberto para nós aqui. Estou com o processo aberto aqui e ele está cinza, ou ele não está assinado ou não está aberto para nós. Está marcando aberto somente na unidade do gabinete do Ver. Roberto Robaina.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O vídeo é da sessão, é isso?

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): O vídeo é da sessão, eu vou seguir independentemente do vídeo, explicando o que... O vídeo era mais ilustrativo. Qual é o ponto? Em primeiro lugar, é que a inserção do PLCE nº 028/23, que é esse que nós estamos discutindo em regime de urgência, não foi regularmente deliberado pela Câmara Municipal na forma do disposto do art. 82. O que ocorreu? Eu sigo argumentando que o procedimento adotado violou a prerrogativa parlamentar de encaminhamento dos múltiplos pedidos de urgência, na forma do art. 94. O que acontece? Nesta sessão, e o vídeo mostra esses 33 segundos, a sessão do dia 6 de dezembro, que é justamente o que o líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, se refere, aquela sessão do final do ano, que nós pedimos para que fosse adiada. Teve uma certa luta política, eu disse que eu não ia sair daqui tão cedo se não fosse adiada, que nós íamos usar todos os expedientes para debater. Se tivesse que obstruir, nós íamos obstruir, porque é um direito parlamentar de minoria obstruir, iríamos falar em todos momentos, e nós estávamos com esta disposição no dia 6 de dezembro. Bem, no dia 6 de dezembro, consta nas notas taquigráficas que se decidiu pela impressão do regime de urgência às múltiplas proposições em relação às quais o líder do governo requereu a urgência. Ocorre que, nas mesmas notas taquigráficas, não consta a minha manifestação final, na qual eu busco, junto à presidência, isso mostra, era o Ver. Hamilton Sossmeier que estava presidindo, o esclarecimento sobre a matéria que estava em votação. E questionado sobre o que, de fato, estava em votação, a presidência dos trabalhos confirmou-me tratar-se do bloco, ou seja, o que nós votamos, nessa oportunidade, foi o bloco, a formação do bloco, e não o conteúdo das proposições que estavam entrando em regime de urgência. Para que se votasse o conteúdo, seria necessária a formação do bloco e depois a votação do conteúdo do bloco, como o senhor sabe muito bem, já presidiu a Câmara uma vez, segue presidindo, não se vota só a formação do bloco; se vota a formação do bloco e o conteúdo das

proposições. Pois nessa sessão nós só votamos, e isso está registrado em vídeo, nós só votamos a proposição de formação do bloco. O bloco efetivamente se formou, mas não foi votado quais matérias seriam de regime de urgência. Sendo assim, eu não estou lendo a questão de ordem, mas naquele momento eu manifestei inequívoco interesse em encaminhar os requerimentos de pedidos de urgência do líder do governo em cada uma daquelas proposições, bem como suscitei, mais de uma vez, a necessidade do devido esclarecimento das matérias deliberadas, tendo em vista a velocidade exacerbada com que se estava procedendo. Então, eu reiterei, Presidente, que ainda no referido momento da sessão o único acordo firmado pelas lideranças foi pela formação do bloco para a reunião conjunta das comissões que ocorreria posteriormente. Registro que não houve, nessa oportunidade, formação de bloco por acordo para votar os requerimentos de urgência. E ao questionar a presidência sobre o que estava sendo votado, obtive a informação de que o que estava em votação era a formação do bloco de requerimentos de pedido de urgência. Necessário ressaltar, no ponto, que em nenhum momento anterior foi deliberada formalmente a formação de bloco. E ressalto, no ponto, o seguinte: o fato de os requerimentos de urgência em múltiplas proposições terem sido apresentados em um só documento, porque foi só um documento que foi apresentado, não afasta a interpretação necessária de que o requerimento em cada processo deve ser considerado individualmente, circunstância comprovada pelo fato de que o requerimento foi juntado no processo relativo a cada uma das proposições em que se requereu regime de urgência. Cabia, por exemplo, o encaminhamento à votação de cada um desses requerimentos, intenção que, aliás, manifestei na sessão. Essa inclusive é a única interpretação cabível a respeito do ponto. Se o Regimento Interno estabelece o direito de encaminhar os pedidos de urgência, impositivo então que cada um desses pedidos seja considerado como um requerimento. Eu tenho a continuidade, não sei se o senhor já tem a sua conclusão em relação à questão de ordem... O que eu estou apelando, Presidente Mauro, é que como nós – e eu sei, líder Cecchim, eu estou aqui –, é óbvio, o senhor sabe muito bem, estou me prendendo em formalidades. Nós estamos numa luta política, eu sou contra esse projeto, eu lhe disse que eu iria resistir do jeito que eu pudesse resistir. Então, estou usando todos os expedientes regimentais para garantir que não seja votado.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem): Se cada proposição, Presidente, que trata de matéria diferente da outra, a respectiva urgência também deve ser avaliada de forma individual e não global para cada uma dessas matérias. Observa-se, dessa forma, que considerando que se deliberou uma única vez sobre os requerimentos em conjunto, bem como considerando que o Presidente confirmou que a deliberação se tratava sobre o bloco, a única conclusão possível a que se pode chegar é a de que a deliberação do plenário foi pela formação do bloco desses requerimentos para a decisão unitária, mas não pela aprovação dos requerimentos do bloco.

Reitero ainda o seguinte: a questão sobre a formação de bloco para a votação de requerimentos é de natureza decisória do Parlamento e não de mera organização dos trabalhos, de modo que somente pode ser tomada pelo plenário, não decidida monocraticamente pela presidência. Teria, portanto, que ser votado a segunda vez. Dessa forma, tendo havido somente uma deliberação no ato, deve ser ela considerada como de formação do bloco de requerimentos, mas não de sua aprovação, sob pena de violação frontal ao *caput* do art. 82 da Lei Orgânica Municipal e do art. 47 da Constituição Federal, bem como ao art. 94, § 3º, alínea *n*, do Regimento Interno.

Resta clara, portanto, conforme solicito na Questão de Ordem, primeiro: a necessidade de declaração de que o que foi votado em 6 de dezembro de 2023 foi a formação de bloco dos requerimentos de urgência, mas não a aprovação do objeto desses requerimentos. Segundo: a consecutiva necessidade de anulação de todos os atos praticados do PLCE nº 028/23 como se ele estivesse em regime de urgência, porque não foi votado o regime de urgência. Terceiro: a necessidade de restituição da tramitação processual legislativa até o ponto imediatamente posterior à formação do bloco, oportunizando-se o encaminhamento do pedido de urgência apresentado pelo líder do governo. Essa é a Questão de Ordem, Presidente Mauro Pinheiro, apresentada e formalizada por mim. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, o Ver. Robaina está no devido direito *esperiandi* que ele tem de procrastinar a votação. Mas, isso que ele pediu... Faltou a assessoria do vereador dizer que foi aprovado nas comissões conjuntas, quatro comissões. Foi votado, por isso é indevido o pedido dele de anulação. Não tem anulação, não tem. É um direito que ele tem de ficar procrastinando a votação, mas legalmente nós estamos aptos, com o projeto pronto para ser votado, e vamos fazer isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vereadores, vou suspender a sessão, pois recebi o documento agora e vou consultar a Diretoria Legislativa. Depois vamos responder aos vereadores. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h10min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (17h19min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Presidente, independentemente da decisão da Mesa, que será traduzida, por óbvio, nas palavras de Vossa Excelência, eu requeiro, desde logo, veja o que eu disse, independentemente de decisão da Mesa, peço a oitiva por parecer da nossa Procuradoria jurídica da Casa, em relação ao tema. É isso obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Bom, primeiro, vamos começar pelo pedido do Ver. Pedro Ruas. Como o projeto já está na Ordem do Dia, não cabe mais esse recurso. Essa é a orientação aqui da Diretoria Legislativa.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, é em relação à decisão deste momento, que Vossa Excelência vai anunciar em relação ao requerimento do Ver. Roberto Robaina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Pedro Ruas, na verdade, o Presidente vai obviamente anunciar o resultado. De acordo com a orientação da Diretoria Legislativa é no sentido de que, tendo havido a reunião conjunta das comissões, estaria superada a demanda, ainda que se considerasse que não teve o requerimento, mas nós temos certidão aqui, dizendo que houve; enfim, independentemente do resultado o senhor tem direito ao recurso do art. 99 do Regimento em 15 dias, prazo de 15 dias, tem que ser deduzido por escrito, mas não tem essa possibilidade agora de recorrer e mandar para a Procuradoria.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): E é do art. 99 que será usado. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, por favor; aí faz o recurso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Bom, bom seguindo a orientação da Diretoria Legislativa vamos indeferir a questão de ordem do Ver. Roberto Robaina que questiona que não teria sido votado o regime de urgência do projeto. No SEI, no nosso sistema, existe uma certidão dizendo que houve a votação. Mas independentemente da votação ou não, após isso, teve uma reunião conjunta das comissões em que foi votado esse projeto. Na reunião conjunta foi aberto esse processo por assinaturas, do dia 6 ao dia 13, e foi aprovado em quatro comissões, teve a maioria dos votos favoráveis. Então foi aprovado nas comissões, em quatro comissões, e, em uma das comissões não teve quórum. Então ele foi aprovado na reunião conjunta das comissões. Independentemente do fato de que foi aprovado ou não o requerimento, como teve a comissão conjunta após esse evento, está superada a votação do requerimento. Também, no processo, consta uma certidão dizendo que foi aprovado o requerimento, mas independentemente disso, foi aprovado nas comissões; portanto, julgamos que está indeferido o pedido do Ver. Roberto Robaina, e daremos continuidade ao processo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, eu fiz uma questão de ordem, para mim é absolutamente clara, as notas taquigráficas não foram completas nessa sessão, por isso que eu manifestei a questão de ordem. O senhor indefere a partir

também da consulta ao diretor legislativo. E o argumento do seu indeferimento é que foi realizada, depois dessa sessão, uma reunião conjunta das comissões.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): Exatamente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Pois eu quero deixar claro, porque nós vamos levar isso até o final. Essa reunião de comissões conjuntas não teve o voto da oposição, foi feita por pedidos de assinatura. Foi aberto no dia 6 e encerrado no dia 13 o processo democrático de debate. Então eu vou, com isso, formalizar junto à Casa a apresentação de um recurso com efeito suspensivo sobre esse seu indeferimento. Posso formalizar, já está escrito, mas eu gostaria já de fazer este pedido de efeito suspensivo da votação do PLCE nº 028/23.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): Está feito o registro, Ver. Robaina. Vai ser analisado o seu recurso. Está feito o registro.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Uma pergunta: quando eu faço um pedido de recurso com efeito suspensivo, pelo que eu sei do Regimento, a Comissão de Constituição Justiça precisa se pronunciar. Não pode ser o Presidente que decide que não vai aceitar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Robaina, consultamos aqui a Diretoria Legislativa, o seu pedido tem que ser feito por escrito, assim que chegar, nós vamos encaminhar à CCJ, mas a orientação da Diretoria Legislativa é que se vote o projeto e, depois, se encaminhe para a CCJ. Se for aceito o recurso, seria anulada a votação, agora depende da votação da CCJ. É um projeto Executivo, o Ver. Idenir Cecchim, então, como líder do governo, define se quer dar continuidade ou não à votação do projeto.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sem dúvida nenhuma, para fazer justiça, para que o pessoal que está na galeria fique satisfeito, a oposição, em sinal de não entender, votou contra, mas todos os ritos foram cumpridos, então não tem motivo nenhum. A Câmara não é formada só de oposição, ela é formada por todo o plenário, e o plenário, na grande maioria, e as comissões também votaram a favor. Então não tem sentido nenhum pararmos a votação aqui neste momento. Nós vamos continuar a votação porque temos certeza – temos certeza! – que o rito foi cumprido. E, se o rito foi cumprido, o direito da oposição de tentar impedir a votação é apenas um direito, já fizeram o seu pedido, já foi contestado, por isso vamos continuar a votação do projeto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Só para esclarecer, e não termos nenhuma dúvida, comissões conjuntas por assinatura está previsto no Regimento. Por mais que os vereadores da oposição, até para deixar claro, não votaram, é um direito

que lhes cabe não votar e não participar da votação, mas, em todas as quatro comissões, teve maioria dos votos. E teve votação favorável em quatro comissões, e uma comissão não teve quórum, porque a maioria dos vereadores não votou, mas como teve aprovação nas demais comissões, o rito foi cumprido. Então, Ver. Idenir Cecchim, que fala pelo Executivo, quer dar continuidade.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1200/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 028/23, que dispõe sobre a Estrutura do Departamento Municipal De Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa). (SEI 118.00643/2023-21)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-12-23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em discussão o PLCE nº 028/23. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos assiste e, particularmente, as companheiras e companheiros, servidores e servidoras do Simpa, a quem eu sempre trago o meu abraço, meu respeito pela capacidade de luta, pela resiliência, pela forma de enfrentamento, pela honestidade e pela coerência. Nós fizemos um pedido de votarmos – este é um acordo normal em legislativos – o PLCE nº 027/23 e adiarmos – não é não votarmos, é adiarmos – a votação do PLCE nº 028/23 para termos uma discussão séria, democrática, franca sobre o mérito, onde alguém poderia ceder, outra parte também. A nossa proposta não foi aceita, o que é um direito, mas fizemos a proposta na forma adequada. Agora, no momento em que não há essa aceitação – e eu digo que a aceitação não é obrigatória, mas seria adequada –, nós temos elementos suficientes para mostrar que esta votação, no dia de hoje, tem problemas, e vários problemas, problemas de forma que comprometem o

conteúdo. Por exemplo, quando foi votada, naquela sessão, a decisão sobre a formação de um bloco, foi apenas isso que foi votado, e não a urgência. Vejam que há uma diferença: para eu votar a urgência em relação a um conjunto de projetos, eu preciso formar o bloco por uma votação e, depois, Joãozinho, votar a urgência! Depois, é uma segunda votação, não é uma que vale para as duas questões. Primeiro eu formo um bloco, depois eu voto a urgência, se eu não votar a urgência, eu só formei o bloco, eu não tenho urgência. E mais: nós temos que ter uma cautela também no que se chama de abuso da urgência. Vou dar um exemplo a vocês, que nos trouxe o Guilherme, brilhante Guilherme Todeschini nesse sentido. Na Câmara Federal – olha o tamanho do Congresso Nacional –, a possibilidade de urgências por sessão são três. Aqui, neste ano, nós temos sete! É um verdadeiro abuso! Está bem, é regimental, mas é um abuso. É para saber do que estamos falando. Nós estamos defendendo algo que na forma foi precário e no conteúdo há um comprometimento. Por isso há, desde logo, um recurso do Ver. Robaina já entregue por escrito à Mesa, haverá da decisão da Mesa um recurso meu que vai ser entregue amanhã, com base no art. 99, conforme orientação do diretor legislativo da Casa. Mas a votação que ocorrerá hoje, Mário, não é uma votação definitiva, não é, é uma votação que estará sub judice, é uma votação que estará em questionamento. Não é uma votação de caráter definitivo, porque nós temos elementos suficientes para demonstrar que ela não poderia ocorrer no dia de hoje, poderia em outro dia, poderia com outro debate, poderia com outra forma, mas hoje não. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, principalmente as trabalhadoras, os trabalhadores, segurados e os contribuintes ao Previmpa. Claro que quem também é segurado infelizmente contribui mensalmente. Isso as pessoas não sabem que os aposentados da Prefeitura de Porto Alegre pagam os exorbitantes 14%, depois de se aposentar ainda contribuem em 14% para a previdência! Isso é um escândalo! É uma vergonha! No INSS não tem isso; mas aqui tem. É que Porto Alegre tem esta capacidade com os gestores maravilhosos, estilo Marchezan, Melo, são as pessoas que criam estas maravilhas neoliberais para morder no bolso da enfermeira, do técnico de enfermagem, do professor, da monitora. Depois têm uns que outros que vão pedir votos para os servidores públicos, mas eles dão é de chicote no lombo com a votação, eles não querem saber de trabalhar e construir políticas públicas para cidade, eles querem olhar quem eles podem prejudicar e foi assim com o Previmpa desde lá do Marchezan. E agora, com a reforma da previdência que fizeram, mais um talagaço em quem faz Porto Alegre acontecer que é o servidor público, a servidora. Não existe política pública implementada por computador, por mesa, por parede, por prédio público, são pessoas de carne e osso com a sua capacidade técnica, o seu envolvimento, a sua dedicação ao público que fazem acontecer o processo histórico que é o desenvolvimento do direito à cidadania de ter saneamento, habitação de interesse social, assistência social,

educação, saúde do nosso SUS tão atacado, vilipendiado por aqueles que acham que saúde é uma mercadoria. Mas eu quero dizer o seguinte: por que mexer num conselho de 20 membros, sendo que 10 deles são eleitos diretamente pelo voto da categoria? Porque não interessa a diversidade de setores ali, eles não querem que os operários, os trabalhadores tenham representação das suas categorias no conselho. Infelizmente, nós vamos viver agora é a elitização, de certa forma, do Conselho de Administração, porque estão botando prerrogativas. Como assim, eu vou contribuir e não posso ser eleito, não posso estar lá para discutir a política de investimentos? E pior, o presidente não poderá ser aquele derivado diretamente do voto da categoria que contribui e alimenta o Previmpa, porque é o salário que parte dele vai para o Previmpa do trabalhador para assegurar o futuro. Ele não vai poder ver o presidente lá, o presidente é só daqueles derivados da indicação do Executivo. Olha que curioso, no texto está escrito Executivo, mas nós sabemos que o Executivo é composto por governos, portanto, é o prefeito ou a prefeita de plantão que decidirá quem vai presidir o Conselho de Administração. Isso é um escândalo, isso é uma vergonha, mas não tem como não ser assim porque vem do governo Melo que é um governo de escândalos, é o governo que não consegue recolher os dejetos do temporal que já passou um mês, em janeiro, é o governo que, em janeiro – pô, que janeiro difícil, janeiro fatídico, janeiro duro para o governo –, quatro prisões de investigações que a polícia está fazendo lá na SMED: empresário foi preso, duas assessoras, CCs foram presas e a ex-secretária. Claro, mais um ataque à categoria, porque todas essas denúncias que saíram, que foram para a rua, que este vereador, em 2022, fazia Pedido de Informações, é porque os servidores públicos veem o que acontece e avisam, eles dizem, eles contam, eles anunciam. É por isso que atacam a previdência deles. É por isso que querem fragilizar a representação dos trabalhadores nos conselhos, porque o trabalhador, que não deve nada para político nenhum, abre a boca, fala, e vai lá dizer: “Não é para investir em renda variável, porque está ruim; agora não”. Agora, quem é que vai decidir? É a pressão do mercado, porque vão ser poucos, cada vez mais pressão, cada vez menos participação. É isso que querem fazer com o nosso Conselho de Administração. Isso é escandaloso! Agora tem gente aqui que inclusive participa de previdências, mas a sua previdência está resguardada, a sua previdência está beleza, mas a previdência dos outros agora nós vamos mexer; a previdência dos outros, dos municipais, vamos mexer. Não estão nem aí, porque a previdência deles está garantida. Nem vou dizer nomes e sobrenomes, vou deixar para a população pesquisar. O Simpa que está aí, as associações sabem que tem gente que gosta de reformar a previdência dos outros, mas a sua não, a sua deixa lá, intocável. Isto é uma vergonha! Isto é uma vergonha, e, pior de tudo, gente que foi servidor público hoje vira as costas para os servidores da Prefeitura. Isto é triste! Isto é deplorável. Por isso que nós vamos contra este projeto. Nós queremos autonomia no Previmpa, segurança; queremos saúde financeira, que só vem através da participação, da diversidade e sem cabresto de governo nenhum, não estou falando de partidos. Governo não tem que cabrestear conselho, e conselho tem que ser fortalecido, deveria até aumentar o número de conselheiros, essa é a realidade, para mais setores da Prefeitura se sentirem representados lá, e não agora apenas 8 pessoas — de 20, baixar para 8 —, este é o

resultado de ter na Prefeitura um senhor irresponsável, ele não tem responsabilidade pública, ele não se preocupa com o futuro desta Prefeitura, ele não está nem aí para os próximos prefeitos, para as próximas gestões, ele só pensa no dele, só pensa nos quatro aninhos dele, que felizmente estão terminando, felizmente. Fora, Melo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro, colegas vereadoras e vereadores, servidores públicos municipais. No projeto anterior, eu fiz questão de fazer uma declaração de voto, que é um direito que o vereador tem para explicar o seu voto. O que eu disse na minha declaração de voto? Que o Previmpa é dos servidores e não dos governos. Não é deste governo; dos governos, não importa quem seja. Mas deste governo não pode ser, porque o projeto que está agora em debate é um projeto que tira o poder necessário dos servidores de controlar a previdência do Município. Esta é a questão. Aqui neste plenário, nós sabemos o jogo; sim, porque é um jogo. Dificilmente, um vereador da base do governo esteja neste momento ouvindo o que eu falo, dificilmente. Poderia ter outro aqui também com as mesmas argumentações. Não se escuta, porque, neste plenário, não é uma questão apenas de ouvir o que o outro está falando, é que aqui as pessoas não querem escutar, porque não tem diálogo. Se tivesse diálogo, nós teríamos uma estruturação generosa do Previmpa que beneficiaria o controle. Como nós sabemos o resultado desta votação, eu comecei um debate no início da sessão com algumas pessoas aqui e, depois, eu vou fazer questão de produzir um documento e abrir uma discussão com os servidores como se faz o controle efetivo quando alguém nos passa uma rasteira. Sim, o governo está passando uma rasteira em vossa instituição, porque o Previmpa não é do governo; é dos servidores. (Palmas.) Ao passar uma rasteira na instituição que é dos servidores, porque o dinheiro que entra neste caixa não é do governo, o governo tem a obrigação de aportar certos recursos, porque as senhoras e os senhores servidores municipais do passado, aposentados, e do presente, ativos pagam rigorosamente uma contribuição mensal em contrapartida, como também existe na previdência do Estado, da Federação Brasileira. Eu, por exemplo, paguei previdência desde guri, e tive que brigar para me aposentar aos 65 anos de idade por causa desses mecanismos obscuros que foram criando. Alguém já disse antes aqui que tem corporações que você pode fazer mil coisas nesse meio tempo, mas se aposentam antes dos 60 anos. Agora tem alguns complicadores. E essas mesmas pessoas acham que o outro – porque elas não enxergam o outro – tem que penar. Mas a estrutura do Estado brasileiro foi assim, desde 1530, quando os primeiros escravizados chegaram aqui. Eram os outros, era mercadoria. Depois as pessoas eram submetidas, no mundo do trabalho, a longuíssimas 16 horas de trabalho e crianças trabalhavam. Graças à luta dos trabalhadores, houve a legislação de defesa dos trabalhadores que criou a CLT, somente em 1934. Portanto, este ano tem um festejo importante a fazer em março, por sinal, o aniversário foi agora em fevereiro, mas no dia 08 de março eu espero que todos nós, homens e mulheres, lembremos que o voto só

aconteceu em 1934 para as mulheres. Nós já sabemos o resultado, mas eu digo a vocês que a batalha não se perdeu, a batalha final não se perdeu, porque nós buscaremos outros mecanismos de controle para que o Previmpa seja dos funcionários e não um instrumento de articulação de interesses governamentais. Essa é a realidade, esses são os fatos. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Eu sou professora, servidora pública municipal, há quase 20 anos construímos, nós, servidores e servidoras públicas, o patrimônio sólido que é o nosso Previmpa. É nosso, dos servidores e das servidoras públicas, e o nosso sindicato, que defende os interesses dos municipais e das municipais, não podia estar em outro lugar que não aqui. Então eu respondo ao Ver. Tiago, que disse ao plenário que tinha sido uma vinda inútil dos trabalhadores e trabalhadoras, que a luta sempre vale a pena, e a Câmara tem que ouvir a opinião do povo, dos trabalhadores e trabalhadoras sobre os temas que os atingem. É a nossa aposentadoria, a nossa, dos servidores e das servidoras públicas que está em risco quando se esvazia a gestão, o Conselho de Administração, inclusive retirando a indicação aqui deste Legislativo. Eram dois representantes aqui do Legislativo, essa lei retira um dos representantes desta Casa no conselho do Previmpa. Por que o prefeito, com uma justificativa de boas práticas, quer modificar a gestão do Previmpa? É porque tem R\$ 4 bilhões de ativo nos seus cofres para garantir a aposentadoria e as pensões das famílias dos servidores e servidoras públicas? É por que os conselhos administrativo e fiscal do Previmpa zelam pelo patrimônio dos servidores e das servidoras públicas e fazem investimentos, na sua maioria, conservadores, para não colocar em risco o patrimônio do Previmpa? Será que o interesse de que o presidente do conselho seja o indicado do prefeito é para colocar o patrimônio do Previmpa em investimentos de risco? É preocupante. Hoje nós temos um sistema de previdência forte, com uma gestão transparente. Todos os servidores públicos ingressantes a partir de 2003 só se aposentarão com essa receita do Previmpa. Por isso que nós temos zelo, nós cuidamos do nosso Previmpa – nosso –, dos servidores e servidoras públicas. De quem é a responsabilidade? E de quem será a responsabilidade? Quem aqui, que votar por esse projeto, se responsabilizará se o Previmpa quebrar, ou se não puder garantir a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras? Não tem razão para mudar a gestão do Previmpa. Não tem razão! Estão se preocupando com gestão e boas práticas... Eu sou da educação, se preocupem em fazer uma gestão na secretaria de educação que garanta a qualidade da educação. Aí, sim! Mas estão preocupados com o Previmpa? Estão preocupados com o dinheiro para garantir a aposentadoria dos servidores e servidoras? Os R\$ 4 bilhões que o Previmpa tem, graças aos servidores e às servidoras que contribuíram nessa gestão, estão lá de pé. Não é possível que os vereadores e as vereadoras desta Casa fechem os ouvidos e os olhos para a necessidade de garantir a aposentadoria da família municipal.

Coloquem o seu nome aí, votem a favor desse projeto, e os trabalhadores e as trabalhadoras saberão dar a resposta. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo para discutir esse projeto encaminhado a esta Casa Legislativa pelo Poder Executivo, pelo prefeito Sebastião Melo. Pelo visto, só escutamos vozes da oposição; os membros do governo talvez não tenham se preocupado em se preparar para analisar essa proposta, talvez não tenham o menor interesse no que poderá acontecer conosco, servidores públicos municipais. O sistema de previdência custeia o nosso futuro. Quando tivermos terminado de laborar para esta cidade, contribuindo com o nosso esforço, o nosso suor e a nossa juventude em prol da cidade de Porto Alegre, precisamos descansar. É justo, é correto. Mas como descansar com a possibilidade de perdas substanciais nos nossos vencimentos? E aqui eu não estou falando apenas para os servidores públicos do Executivo; servidores do Legislativo, desta Casa, também poderão ser penalizados. Quando se mexe com previdência, vidas estão em jogo. Quem não sabe o que aconteceu com o Chile? A aposentadoria dos trabalhadores do Chile foi surrupiada, foi roubada. E uma das pessoas que se beneficiou e ficou milionário foi Paulo Guedes! Paulo Guedes! Por quê? Porque as suas empresas receberam, como fundos de investimento, os recursos que eram para pagar as aposentadorias dos trabalhadores. E por isso, infelizmente, o Chile vem traçando uma história muito triste de suicídios entre idosos. Em 2015 foi feito um levantamento de que a taxa de suicídios na faixa etária de +80 anos era de 17,7 por 100 mil habitantes; de 70 a 79 anos, 15,4 pessoas se suicidaram em 100 mil habitantes do país vizinho, enquanto a média nacional, puxada para cima por essas faixas etárias, era em torno de 10,2 suicídios a cada 100 mil habitantes. Essas são vidas perdidas pelo total e completo desespero. À época, 80% das aposentadorias chilenas eram pagas abaixo do salário mínimo; 80%. Enquanto 44% estavam abaixo da linha da pobreza, passando fome e não viam outra perspectiva senão abreviar a própria vida. Não é isso o que eu quero para os meus colegas e nem para mim. Portanto, senhoras e senhores, eu voto com muita consciência: não, não se mexe com a aposentadoria de trabalhadores e trabalhadoras. Quem tem que decidir onde serão investidos os frutos do acúmulo previdenciário são os próprios trabalhadores, e o projeto determina que a escolha do presidente do Conselho Administrativo do Previmpa fique a cargo do prefeito ou da prefeita que estiver no Paço. O pior, que até agora não foi mencionado: o Comitê de Investimentos, que é quem decide para onde vão os recursos, é composto pelo diretor-presidente, diretor administrativo-financeiro, um servidor de regime de capitalização indicado pelo Conselho Deliberativo, um servidor do regime de capitalização escolhido pelo diretor-presidente – ou seja, são dois votos que vêm do Executivo, porque o diretor-presidente não vai votar em alguém que não seja da confiança do prefeito – e, por último, um servidor de regime de capitalização escolhido pelo secretário da Fazenda, que também presta contas ao prefeito.

São três entre cinco integrantes que vão ter a anuência do prefeito para fazer o que bem entenderem com esses recursos. Chamo a atenção: no Brasil, trabalhadores e trabalhadoras foram roubados; Petros, Funcef, Previ, Postalis e Aeros, fundos de previdência que foram roubados porque os recursos foram colocados nas empresas de Paulo Guedes, que depois virou ministro da Fazenda com o aplauso da extrema direita dizendo que ele era um gênio. Era um gênio em roubar trabalhadores! Gênio em roubar trabalhadores! Por isso, foi aplaudido pela extrema direita e continua sendo ovacionado. Não! Voto, com muita consciência, “não” a esse projeto de lei. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, o Ver. Prof. Alex Fraga acabou de subir aqui, vereador do PSOL, e fez uma lista dos fundos de previdências que foram assaltados pelo Partido dos Trabalhadores. Parabéns, Prof. Alex Fraga, por trazer aqui essa lista da corrupção do PT no nosso País, o senhor tem toda a razão. Não existe regime de previdência municipal, regime de previdência próprio com 20 conselheiros. Não existe! Digo aqui para os vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB: me digam outro regime próprio de previdência que tenha 20 conselheiros. Me digam! Ver. Jonas Reis, sobe aqui para fazer o seu proselitismo, joga para a claque. Vem aqui falar do sindicato, sempre apegado ao poder o Ver. Jonas Reis do PT. Quando se fala em modernização da máquina pública, quando se fala na oportunidade de ter mais celeridade na gestão, quando se fala em enxugar e em retirar o peso, o Ver. Jonas Reis, do PT, vem aqui chorar. O fato é que quando eles gritam: “O Previmpa é nosso!”, primeiro que me parece uma sanha privatista. Vocês queriam o Previmpa para vocês mesmos, né? “O Previmpa é nosso!”, gritam eles. “O Previmpa é nosso!”, eles gritam. Querem privatizar...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Deixa, eu gosto, é bom, é bom, porque sempre que o Simpa está me vaiando, reforça que eu estou no caminho certo, Presidente. Por isso que eu gosto. Ao contrário de alguns colegas, até respeito e compreendo que possam paralisar a sua fala quando o Simpa começa a gritar. Mas quando o Simpa grita e eu estou na tribuna, e me xinga, só me dá mais gás, mais vontade de seguir lutando pela cidade de Porto Alegre e expondo a hipocrisia de cada um de vocês, de cada um de vocês. O Previmpa não é vocês, é da cidade de Porto Alegre para atendermos bem os nossos honrados servidores públicos, dentre os quais, acredito que talvez a direção do Simpa não faça parte. Aliás, o Previmpa é dos capitalizados. O Previmpa é de quem ingressou depois de 2002 na administração municipal, é dos capitalizados. O novo conselho e o comitê de administração devem ter representantes, mas é dos capitalizados, para que a gente possa ter uma certa igualdade na hora de buscar os bons

encaminhamentos para a nossa previdência municipal. E digo, mais uma vez, que, aqui, toda essa sanha e essa vontade do PT, do PSOL e do PCdoB, tudo não passa de um gigantesco jogo para sinalizar para a sua militância. Tenho certeza que o projeto aqui será aprovado. Tenho certeza que esse *jus esperniandi* feito aqui pelo Roberto Robaina, do PSOL, não vai prosperar, porque justamente aqui a Casa cumpre as suas regras e os seus requisitos. E, obviamente, é “sim” ao projeto. Obrigado ao Simpa pela audiência.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE n° 028/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadores e vereadoras; municipais que estão aqui nos acompanhando – sejam bem-vindos à Casa do Povo –; cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta tarde. Nós estamos discutindo o projeto de lei que muda muito, mas muito mesmo, o famoso e conhecido Previmpa, área da previdência dos servidores municipais.

São milhares de servidores aposentados que, ao contribuírem ao longo da sua vida, já tem em caixa R\$ 4 bilhões. Quem é que está de olho nesse recurso? O governo municipal. O governo municipal, mais uma vez, faz um gesto desleal com o servidor público, quando ele fez, há pouco tempo, com o Conselho Municipal da Saúde, com o Conselho Municipal da Educação, com o Conselho Municipal da Assistência, com o Conselho das Feiras-Modelo, mudando a principal função de quem decide esse recurso tão grande, isto é, tirando o poder deliberativo, transformando o conselho como consultivo; nada mais vai resolver. Para onde vão os R\$ 4 bilhões do Previmpa? Essa é a grande questão! Um governo desleal com os servidores, que é uma briga para dar uma reposição salarial pela inflação, praticamente próximo do governo anterior que nem sequer isso deu, mas o atual prefeito Sebastião Melo vai se tornar o pior prefeito dos servidores de Porto Alegre, de toda a história de Porto Alegre! (Palmas.) O prefeito Sebastião Melo está entregando Porto Alegre às privatizações, ou ao capital; o prefeito Sebastião Melo está entregando a função pública, aquilo que mais nós temos que preservar, fazer concurso público para aumentar ou substituir aqueles que se aposentam para poder continuar um serviço de qualidade, mas pelo contrário, ele faz um movimento inverso, precariza para depois tentar justificar a privatização. Este governo, é um governo que se identifica com aqueles que mais fazem mal, eu diria, à nossa querida Porto Alegre, porque são os que mais retiram a função pública, como aconteceu no Estado com relação à CEEE, com relação à Corsan, e agora pode acontecer com o DMAE em Porto Alegre; como aconteceu com a Carris, vendem para a cidade uma coisa aqui, e na vida real, logo depois, acontece uma outra. Recentemente, mais de 100 servidores da Carris foram demitidos, não cumpriram a votação que aqui dizia que eles teriam estabilidade, no mínimo, por dois anos. É lamentável, um governo que perdeu a lógica de ser governo, um governo que tem um prefeito que se parece com o Sucupira – me desculpem, mas vocês lembram da novela do Sucupira, em que o prefeito botava um chapéu de palha, fazia um

discurso, e na verdade não executava a ação concreta. Essa é a grande verdade, o prefeito Sebastião Melo, que foi vereador desta Casa, aprendeu a lógica do discurso, da coerência, mas na prática, hoje, faz o inverso, entrega algo que é mais sagrado da cidade para quem? Para o controle daqueles que virão, para talvez, eu diria, não posso aqui afirmar, abstrair esse recurso tão significativo que dá uma segurança tranquila ao servidor público. Lamentavelmente, nós não apoiaremos este projeto, com certeza, não só não votaremos ou votaremos contra, porque é lamentável a atitude dessa natureza, que precariza o serviço público e tira a motivação real, concreta, de quem está na linha de frente, que é o que mais precisam, não só para a motivação, mas para valorizar a função pública. Nós, da oposição, estamos com vocês. É fora Melo, ainda esse ano! Com certeza, é fora Melo.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, caros colegas, vereadores e vereadoras, servidores que aqui estão acompanhando esse importante debate; eu quero chamar a atenção que essa discussão deveria ser séria, no mínimo isso. Quando vocês dizem que o Previmpa é nosso, é óbvio, ele não é meu, sou da iniciativa privada, ele não é do Cecchim. Tu não és servidor, não é Cecchim? É empresário. Gente, que coisa mais simples isso. Vamos lá, vou dar uma de professora agora. Servidores públicos constituem um sistema de previdência para os servidores. Portanto, ele não é meu, ele é de vocês, sim. Gente, que coisa mais simples isso! De quem é? Essa é a previdência dos servidores e das servidoras; que era de 20, qual o problema de ser 20, gente? Dez do Executivo e Legislativo, dez dos servidores e das servidoras, paridade. Olha só, e aí o Previmpa, portanto, que é do funcionalismo público, e de nenhum governo, seja ele qual for! Nesta proposta reduz o poder decisório dos servidores da administração financeira do Previmpa. Vamos lá, a nossa colega Cuca, que é servidora, que é vereadora eleita, portanto, está aqui, não tem questionamento, vem aqui e nos diz que o Previmpa é superavitário. Portanto, foi, ao longo dos seus 20 anos, bem administrado. Parabéns. Agora, eu pergunto por que esse debate, o que justifica esse debate? Isso ninguém disse aqui, não é? Isso não está claro. Eu pergunto: o Melo não quer ser submetido à fiscalização? É uma pergunta. Melo prefere a estrutura menos democrática para submeter a destinação dos recursos do Previmpa aos interesses imediatos da administração? É uma pergunta. Melo está avesso ao controle social? Gente, não é a primeira vez que a gente vê esse esvaziamento da representação social. Atacar dessa forma as administrações como vêm fazendo com os conselhos, não é, gente? O esvaziamento é total, e aí, outra vez, ataca agora o CAD que analisa, que aprova as contas; portanto, deve ser, por natureza, permanecer um órgão público autônomo. Simples de novo, é simples assim.

Eu aqui, Cecchim, queria te dizer que, se você estava sensível à solicitação do colega Ver. Pedro Ruas de que a gente adie e debata esse processo, e você disse aqui

textualmente que estava sensível a essa solicitação, mas que foi demovido pela provocação de um parlamentar ou de outro parlamentar. Como assim? Então a gente age aqui por vingança e não pelo debate político? Então eu faço um apelo novamente para que seja um debate sério. É a vida dos servidores, é a sustentação de quem dedica a sua vida, o seu trabalho, o seu profissionalismo, a vida inteira para se aposentar com dignidade. Portanto, eu peço aqui aos nobres pares para darem apoio ao governo, à base governista para que a gente olhe para o Previmpa e entenda, para quem não entendeu ainda, que é a previdência dos servidores e das servidoras e que, portanto, é do funcionalismo público. Concluindo, eu tenho 25 segundos, eu quero dizer que ele não é de governo nenhum, seja ele qual for. Portanto, vamos olhar para quem de verdade precisa do Previmpa e que já administrou tão bem essa autarquia até agora a ponto de ela ser superavitária. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Presidente, colegas vereadores, primeiro, eu quero dizer que fiquei muito feliz que o Ver. Prof. Alex Fraga, veio aqui e fez um resgate histórico de quem terminou com algumas aposentadorias, lembrando nomes muito ligados ao PT. Falando em PT, quero me dirigir aqui ao Ver. Jonas Reis, porque, por diversas vezes, tem atacado a minha vida pessoal e profissional. Aliás, prática do PT é exatamente fazer o sequestro de reputações, mas isso demonstra, Ver. Jonas, do PT, a sua falta de preparo cognitivo para discutir em alto nível com argumentos e conhecimento um projeto sem atacar alguma vereadora. Quero dizer também aos vereadores que reiteradamente esse vereador do PT tem perseguido esta vereadora com falas misóginas, com falas de ódio e preconceito machistas, que, aliás, assim como disse o caro Ver. Tiago Albrecht, a sororidade aqui é seletiva: para alguns vale e para outros não. Quero dizer para o senhor, vereador – e olhe para mim quando eu falo com o senhor –, que o senhor deveria ter vergonha, deveria estar constrangido, porque esse vereador fez um concurso público para ser professor da rede municipal, pago pelo dinheiro do contribuinte, e que, se ficou quatro anos em sala de aula, foi muito; o restante do tempo foi cedido para o Simpa – uma vergonha! O senhor deveria ficar constrangido, até porque eu quero deixar bem claro, vereador do PT, e para todos os outros que não sabem, eu fiz concurso público, não fiz da minha profissão nenhum trampolim para estar aqui, sou brigadiana com muita garra, tirei serviço nas madrugadas, efetuei prisões de bandidos, de canalhas, defendi mulheres em situação de violência doméstica, crianças vulneráveis, ombreei lado a lado o serviço no policiamento ostensivo com os meus irmãos de farda por mais de 28 anos. Eu cumpro a minha missão! Fui paga pelo contribuinte e fiz o que eu tinha que fazer, diferentemente do senhor, seu vereador do PT, que é acostumado... Aliás, o Ver. Ramiro Rosário, esses tempos, fez um vídeo da prática que é o PT, da sua madrinha, que trabalhou pouco tempo em sala de aula, mas se aposentou com a integralidade do seu salário. Uma vergonha! Uma vergonha! Quero dizer

que eu não sou mulher de ficar calada, que para estar na política tem que ter coragem e tem que ter hombridade. O senhor, Ver. Jonas Reis, do PT, tome vergonha na cara e fale sobre os projetos, sem ficar apontando a vida pessoal ou profissional das pessoas. Eu trabalhei, eu fiz por merecer, e se hoje eu estou aqui com 11.172 votos é porque a população de Porto Alegre efetivamente sabe quem trabalha e quem faz de conta. Quem quer lacrar não lucra! É “sim” no projeto do Previmpa, porque é melhor para a cidade e não para meia dúzia de caranguejos que querem ganhar no grito. Muito obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Questão de ordem, Presidente. Eu fui citado pela vereadora que subiu à tribuna, durante cinco minutos; eu queria dizer para ela que eu não sou o projeto de lei, ela tem que se ater ao conteúdo do projeto de lei, que durante a fala dela inteira, ela não tratou. Tratou de mim. O que é isso?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, meus colegas vereadores e vereadoras, prezados funcionários públicos, donos do sistema de previdência pública de Porto Alegre. Quero dizer aqui que esse debate não começou hoje. Lá na gestão do Marchezan, nós fizemos um longo debate contra o aumento unilateral dos descontos de todos os funcionários e dos aposentados, que hoje está em 14%. Perdemos. Aqui estamos, de novo, lutando contra a tese do estado mínimo. Essa tese que está em debate é o estado mínimo! É estado mínimo para os trabalhadores, estado máximo para o sistema financeiro, estado máximo para os banqueiros, estado máximo para o capital! Porque quando há falência dos bancos, todos eles correm para o governo salvar os seus bancos. Então é estado mínimo sempre para os trabalhadores, e agora, Ver. José Freitas, novamente querem retirar o comando do desconto que é feito mensalmente dos 28 mil trabalhadores, a metade é de aposentados e a outra metade está na ativa, que é um patrimônio. O funcionalismo público tem que ser visto como um patrimônio da sociedade, porque estão ali a sua vida toda, estudando, trabalhando, não deixando gastar errado, lutando contra as corrupções. Veja agora, na Secretaria Municipal da Educação, tentaram reverter uma funcionária pública para dizer mentira, e ela foi lá e manteve a verdade, disse: realizaram falcatura e desviaram em torno de R\$ 40 milhões. Ver.^a Karen, R\$ 40 milhões é o valor que dá de juro mensal. A previdência hoje tem em torno de R\$ 4 bilhões; funcionários que estão aqui, servidores, são R\$ 4 bilhões, e que hoje tem um conselho paritário, o conselho hoje tem o mesmo número de representantes do poder público e dos funcionários. E o que eles querem fazer agora é colocar quatro membros do Executivo e três do segmento dos funcionários; querem colocar no Conselho Fiscal quatro do Executivo e três do segmento dos funcionários; e o Conselho de Administração que é um diretor-presidente, um diretor adjunto, um administrativo e um financeiro, todos indicados pelo governo. Isso significa, no linguajar gaúcho, população que nos ouve, colocar a raposa a cuidar do galinheiro; é fazer benesse

com chapéu alheio. Também lá na fronteira se dizia que isso é a política do chupim, botar o ovo no ninho dos outros para deixar que os outros pássaros cuidem, e o resultado é que vai ficar na mão do poder público municipal.

Conceição, hoje dá de lucro por ano o rendimento de 8% desses R\$ 4 bilhões, é só fazer a conta: em torno de R\$ 250 a R\$ 300 milhões, por ano, dá de lucro, porque ele é cuidado com lupa por estes funcionários públicos. Neste caso, Abigail, quem vai pegar este dinheiro, os R\$ 4 bilhões, vai fazer o que quiser, aplicar, vender, roubar, é só o Executivo municipal, a gestão hoje do prefeito Sebastião Melo e a sua base de apoio. Agora, é isto que nós estamos discutindo aqui, Ezequiel, é o estado mínimo, é a tese do estado mínimo, mínimo para os trabalhadores, máximo para o sistema financeiro, máximo para quem está no governo defendendo essa política neoliberal suicida. E aqui eu quero que qualquer um da direita, extrema direita, que venha aqui e defenda esta tese de por que os funcionários públicos não podem cuidar dos seus próprios recursos que foram descontados ao longo da vida – não é um dia, ao longo da vida –, e garantir a sua aposentadoria, e garantir a sanidade financeira de um sistema. Portanto, prezado Presidente, concluindo, dizer que este é mais um golpe no funcionalismo público, mas vocês têm que reproduzir para os 28 mil funcionários. Este ano tem eleição, ser derrotado aqui e ir lá e votar neles de novo não dá. Vinte e oito mil vezes quatro moradores são mais de 100 mil votos que não podem ir para quem votar a favor deste projeto do governo. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, eu subo mais uma vez a esta tribuna bastante surpreso com as falas de alguns vereadores. Tem vereador da esquerda que critica o capitalismo e que anda de Hilux, de caminhonete com motorista, e sobe aqui para quê? Para reclamar do capitalismo. Todos vocês conhecem esse sorrisinho aqui oh – deixa eu mostrar para a câmera –, quem não conhece esse sorrisinho aqui oh; esse é o sorriso, certamente, de todos vocês que já compraram, é o sorriso do capitalismo, é o sorriso do que dá certo, é o sorriso do correio que funciona, da iniciativa privada, do bom incentivo ao empreendedorismo. Esse sorrisinho já alegrou vocês das galerias; esse sorrisinho já alegrou a esquerda nesta Casa. Mas aqui, Ver. Comassetto, quem mantém discurso são V. Exas. que enganam os funcionários públicos dizendo que os defendem. Não. Vocês defendem os próprios interesses. Vocês querem votos. Vocês querem voltar para esta Casa e andar de Hilux, andar de motorista. É isso que a esquerda gosta. É isso que a esquerda quer. Esse sorrisinho é democrático, esse sorrisinho está ao alcance de um clique, graças ao capitalismo, graças à liberdade econômica, graças a tudo aquilo que vocês aqui estão combatendo. Aliás, o presidente da Argentina já ofereceu, Ver. Idenir Cecchim, a Aerolíneas Argentinas. Peguem, é do povo, peguem! Não apareceu ninguém, porque estatal não funciona. Por isso quero dizer, Presidente, com esse sorriso nas mãos, o sorriso do capitalismo, o sorriso de quem está certo, o sorriso de quem

anda de Hilux, de Volkswagen, de Chevrolet e se alegra com isso, porque sabe que a Amazon é um dos grandes exemplos, assim como o Mercado Livre. Por isso, com esse sorrisinho, eu digo que a esquerda não vai voltar à Prefeitura de Porto Alegre, o atraso não mais será o carro-chefe, Sr. Presidente Mauro Pinheiro, desta cidade. Nós vamos seguir trabalhando para modernizar, seja o Previmpa... Já vendemos a Carris, vamos parceirizar o DMAE, porque esse sorrisinho quer que o pobre tenha logradouro para receber a encomenda, tenha a água tratada na ponta da torneira, tenha esgoto. É isso que nós, da direita, defendemos. É isso que nós, liberais, defendemos; não defendemos interesses de sindicalistas que querem uma teta, que querem uma boquinha para chamar de sua. Por isso, vamos votar “sim” a esse projeto. Viva a liberdade! Viva o sorriso do capitalismo! É bom, e vocês gostam que eu sei. Hoje tem promoção na Amazon, podem comprar que vai estar barato. E eu não tenho o código de promoção, infelizmente, mas comprem. Viva o capitalismo! Viva a liberdade! Um grande abraço.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, eu só queria dizer a todos aqui que, certamente, o Tiago está se dirigindo a mim, porque...

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Engº Comassetto (PT): Pessoal, eu só queria dizer aqui que o Ver. Tiago, quando fez a crítica que vereador tem Hilux, eu sou um deles que tenho e tenho muito prazer de ter. Queria dizer para o Tiago que a pior coisa que tem na vida é homem com ciúmes de homem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro, só para dizer que o que está em discussão aqui, vereadores que não acompanharam esse debate, e tem muitos vereadores e vereadoras que não acompanharam esse debate, porque esse debate não foi feito correto e regimental na Câmara dos Vereadores. Esse projeto passou por cima da Lei Orgânica e está para ser votado no dia de hoje tendo desrespeitado a Lei Orgânica, justamente por que o governo não queria e não quer que haja, de fato, um debate democrático no interior das comissões. Se esse debate existisse, se nós tivéssemos um debate real na cidade, inclusive com a categoria dos municipais, com os aposentados e com os futuros aposentados, se tivéssemos realmente um debate democrático, as pessoas iam saber que o que está em jogo nessa votação é nada mais nada menos do que a busca do governo de controlar um fundo que hoje tem cerca de R\$ 4 bilhões. Nada mais nada menos do que isso. É só isso que está em jogo. Só isso. Só o interesse do governo em controlar um fundo bilionário, e, vejam só, o governo até hoje não controlou o conselho do Previmpa. Tanto não controlou, que era a ideia do secretário da Fazenda de vender um terreno na frente do Fórum, e o conselho não aprovou essa política do governo de

conseguir caixa e vender terrenos que sei lá o que tem de subfaturamento, de pouco preço, nesse terreno. Porque o líder Cecchim tem que entender que nós temos motivos para a desconfiança. Nós estamos com o governo que nos obrigou a fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós discutimos um rombo de mais de R\$ 100 milhões na educação, o prefeito Melo ameaçou entrar na justiça contra mim e contra a Mari Pimentel, contra o deputado Matheus, fez uma interpelação judicial, nós respondemos a interpelação judicial, o prefeito desistiu. No dia 23 de janeiro a ex-secretária foi presa. E, no DMAE, eu tenho dito, o Ver. Bosco, que eu sei que sempre é contrário à CPI, eu apresentei em dezembro as denúncias de falcaturia no DMAE, de recebimento de propina do sujeito que era diretor-presidente. O que foi feito até agora? Eu fui no Ministério Público, e o Ministério Público instaurou uma investigação a partir das denúncias, pedido do Melo, que deixou por dois anos este cidadão ser o diretor-presidente do DMAE. Quando nós necessitamos do DMAE, faltou água, mas não faltou água por falta de esforço dos servidores, faltou água por falta de planejamento, faltou água, porque o diretor-presidente do DMAE estava preocupado com outra coisa, não com os bairros da periferia de Porto Alegre. Quando nós alertamos a sociedade que o governo quer, a toque de caixa, aprovar um projeto dessa natureza, é porque nós desconfiamos, sim, das intenções do governo. Desconfiamos, sim, das intenções do governo! A mudança, olha o detalhe da mudança: atualmente, o diretor-presidente, o presidente do Previmpa é eleito. Essa é a mudança substancial. Agora, por este projeto, o diretor do Previmpa, o presidente do Previmpa não é mais eleito, e, não sendo mais eleito, é justamente esse cidadão nomeado pelo governo que tem o voto de minerva. Portanto, o que está em discussão aqui é simplesmente o seguinte: o governo quer ter o controle político, para fazer as aplicações financeiras que bem entender. O que o governo quer é destruir, é destruir sim a previdência dos servidores, que custa caro, que tem sido bem administrada. Não há motivo para mudança, exceto esse interesse do governo de colocar a mão no fundo da previdência dos municipais, direcionar esses recursos para uma destinação que não vai ter o controle efetivo da categoria dos municipais. Se o governo realmente quer melhorar o Previmpa, tem que garantir é mais transparência e mais democracia, é o oposto desse projeto. Por isso nós vamos ser contra esse projeto. Vamos ser contra esse projeto, mas, ao mesmo tempo, vamos denunciar que esse projeto não passou pelos trâmites legislativos. Espero eu que o governo tenha que responder no Judiciário, e espero eu que o Judiciário preste atenção em como foi essa votação, para que, caso o governo vença, nós tenhamos uma decisão que anule o resultado da votação. Eu sei que não é fácil, mas nós vamos brigar até o final. Muito obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de sugerir aqui que os projetos do Ver. Robaina, quando fossem para as comissões, fosse feita a reunião conjunta das comissões, não passassem mais, porque ele não considera comissões conjuntas como legal. Então que os projetos dele não entrem mais nas comissões conjuntas porque ele entende que não está dentro da legalidade do Regimento Interno. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está feito o registro, vereadora, obrigado.

Vereador Adeli Sell (PT): Eu tenho paciência; agora o que a vereadora fez não é questão de ordem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Está feito o registro, vereador. A Ver. Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 028/23.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde colegas municipais. Admiro-me a coragem dos representantes do governo de subir nesta tribuna e dizer que a cidade está melhorando. É uma vergonha a gente ver o aumento das áreas de risco na nossa cidade; o aumento das pessoas em situação de rua; a diminuição dos porto-alegrenses utilizando o transporte coletivo e a venda da nossa cidade, através do aparelhamento dos conselhos. Esse movimento que está acontecendo com o conselho do Previmpa é o mesmo movimento que aconteceu com o conselho de mobilidade urbana, e hoje a gente não tem noção nenhuma do cálculo da tarifa, são recursos públicos milionários indo para as mãos dos empresários. E o conselho, que justamente tinha a atribuição de fiscalizar o cálculo da tarifa, hoje não tem mais essa atribuição. A mesma situação e algum conselho de educação, e não é à toa todo esse caso de corrupção, novamente recurso público indo para as mãos de empresários e todos os itens abastecidos em depósitos alugados também com dinheiro público, e que acarretou na prisão da ex-secretária de educação. Então vocês têm que ter muita coragem de subir aqui nesta tribuna e dizer que a situação da nossa cidade está melhorando. O conselho é um espaço de participação e controle da coisa pública. E o recurso público – as instituições, os servidores, os professores, os técnicos, os assistentes e os enfermeiros são quem sustentam o trabalho lá embaixo. Confiscar a aposentadoria dos servidores é um desrespeito, é um desrespeito muito grande, e a gente tem que repensar, porque o Melo se propaga e usa muito o recurso público também destinado para a publicidade do seu gabinete. Usa muito dinheiro, muito mais do que ele destina para o Orçamento Participativo é para fazer publicidade. Ele se coloca como um governo que ouve a população. E o conselho de habitação, por exemplo, uma emenda que a gente fez aqui, na época, de inserirem indígenas e quilombolas no conselho de habitação, para dar mais representatividade. Porto Alegre é a capital com maior quantidade de retomadas indígenas e quilombos, e a gente não conseguiu ter correlação, por parte do governo, para avançar na participação e na democracia daquilo que é público. Infelizmente são vereadores eleitos que não conhecem a realidade da cidade, descarados, porque vêm aqui e fazem uma discussão de capitalismo, como se a nossa cidade não estivesse numa situação decadente, o Centro Histórico está decadente, os nossos bairros estão decadentes, e são questões básicas de poda, de capina, de asfaltamento. Chove e inunda. Vocês tinham que ter vergonha de subir aqui e se pronunciar dizendo que esse sentido deste governo e desta

cidade vem trazendo mais dignidade para quem trabalha, sustenta esta cidade nas costas e paga os seus impostos. Infelizmente a gente não tem correlação, novamente, aqui dentro deste espaço, para conseguir segurar mais esse ataque, mas é importante a gente retomar a memória do porto-alegrense, da situação em que está a cidade. Quem é que contribuiu para a nossa situação estar tão precária, para que os trabalhadores estejam tão segregados? E que o fundo público, por exemplo da venda dos imóveis, deveria ser destinado para a reforma urbana; para que essas 152 comunidades que hoje estão em áreas de risco conseguissem acessar a cidade, acessar esses imóveis. E a Prefeitura virou uma imobiliária da Melnick, dessas grandes empreiteiras que visam uma cidade para os seus negócios, colocam o lucro acima da dignidade, o lucro acima da vida. A gente viu isso também na pandemia com o governo Bolsonaro. Então, é fundamental a gente conseguir fazer esse debate com a nossa população, ser a memória de todas essas desventuras que a gente vem enfrentando e a gente conseguir derrotar esse governo, que é onde a gente tem força mesmo, é onde a população consegue nos reconhecer, porque é a gente que dá a vida para o serviço público, é o servidor. Então a gente tem muita moral onde a gente trabalha, onde a gente atua. Infelizmente esta Câmara não corresponde à vontade dos trabalhadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o PLCE nº 028/23. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que viu muitas vereadoras e vereadores subirem aqui, de extrema direita, falarem de quaisquer assuntos, menos do assunto previdenciário. Fogem desse assunto porque não compreendem, porque também não têm respeito pela previdência municipal, não têm compromisso, portanto, com esta cidade, porque a previdência trata do presente e do futuro da cidade. Porque no passado não se tinha essa consideração. Com o surgimento do Previmpa, nós começamos a ter um Fundo que é superavitário hoje em quase R\$ 5 bilhões. E é sobre a saúde desse Fundo que nós estamos tratando nesse projeto. É flexibilizar, é diminuir a quantidade de pessoas que vão estar lá discutindo o futuro de quem constrói as políticas públicas na cidade. E o que é mais lamentável e mostra com bastante nitidez o preconceito governamental com determinadas categorias municipais? O governo retira todo o direito dos concursados de nível médio de estarem no Conselho, e isto está no projeto. Ninguém mais: técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, monitora de escola, gari. O governo Melo não quer gari no Conselho de Administração, não quer operários e operárias no Conselho de Administração. O pessoal da higienização, dos postos de saúde, dos hospitais, das escolas, as merendeiras, mais ninguém eles querem no Conselho, só quem tem nível superior. É isso o que diz o projeto, e poucos. Então, mostra que o governo não considera esses trabalhadores, o governo acha que eles não são dignos de estarem no Conselho como estão hoje, e isso é vergonhoso. E quando os vereadores depositarem o seu voto para aprovar esse projeto estarão mostrando que não consideram esse trabalho como um trabalho fundamental na Prefeitura. Quer dizer, eles

não podem ir lá discutir a previdência, eles não podem fazer parte dos conselhos para discutir o futuro dos investimentos que eles querem flexibilizar. Agora eles querem garantir que o mercado financeiro exerça uma, digamos, influência fulcral que vai contaminar o que hoje conhecemos como saúde financeira desse fundo. E parabéns! Quem faz a gestão desse fundo são servidoras e servidores públicos, e os conselhos, que não deixam errar para onde vai o dinheiro, a seguridade. Vereadoras e vereadores, é algo seríssimo, e hoje a forma como está sendo tratada essa votação açodada, sem a discussão verdadeira, sem o rito legal, é lamentável. Foi falado, o líder da oposição colocou, e ninguém ouviu. Até o líder do governo foi lá e falou coisas que sentido algum tem com a realidade do Regimento Interno desta Casa. Afinal de contas, eles já votaram aqui coisas inconstitucionais, aprovaram inconstitucionalidades, o que é uma vergonha. Eles já botaram esses vidros aqui, e é bom lembrar que esses vidros que estão aqui foi o Ver. Cecchim, quando era Presidente, que colocou para isolar o povo dos vereadores e vereadoras, que são pagos pelos impostos do povo. Para pagar os salários dos vereadores, o povo serve; agora, para discutir, debater dialogar, não, é atrás do vidro, longe. Então, é isso que a gente vê. Essas votações aqui são lamentáveis, porque mostram, mais uma vez, que o governo não faz entregas para a cidade. Não tem nada para entregar, nada de positivo. Qual é a pauta dele? Tirar direitos dos trabalhadores, arrochar salário, que estão recebendo quase 30% menos do que mereciam, do que está na legislação. O governo não respeita. Isso, também, não respeita o índice inflacionário que está previsto na Lei Orgânica, todo o mês de maio. Ele não tem compromisso com quem produz saúde, educação, saneamento, limpeza urbana nesta cidade. Isso é triste. Nós, da bancada dos vereadores, não concordamos, Presidente, com esses encaminhamentos da Mesa. E nós, portanto, vamos ficar sem votar essa peça, porque nós votaríamos contra, mas nós não vamos votar, porque vai ter justiça nessa história, porque o Legislativo não está nem conseguindo fazer o rito legal, e isso me envergonha como vereador, e isso é lastimável.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, só quero fazer um esclarecimento ao Ver. Jonas Reis, que a bancada do PT foi uma das que mais pediu a colocação do vidro aqui na época da pandemia, do Covid, justamente quando foi implementado. Além disso, eles nos botaram naqueles cubículos de acrílico e tal. Eles ficavam posando aqui para a imprensa, que estavam fazendo o distanciamento social e depois no cafezinho estavam se abraçando.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, vereador, está feito o registro. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 028/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Mauro Pinheiro, que preside a sessão e a Casa, vereadoras, vereadores e público que nos assiste, particularmente servidoras e servidores do Município de Porto Alegre. Esse momento agora, obviamente, não precisaria estar ocorrendo. Nós tínhamos uma proposta, desde o início colocada, de que votaríamos o PLCE nº 027/23 e adiaríamos... Fazer uma discussão séria, democrática, propositiva do PLCE nº 028/23. Mas, nós tínhamos uma série de elementos que nos levavam a acreditar – mantemos a mesma confiança de que esta votação tem problemas formais que vão terminar prejudicando o conteúdo, porque nós vamos esgotar a instância parlamentar, é nossa obrigação, para poder buscar a instância judicial. Então, se há problemas formais, e nós apontamos um, quando houve na sessão anterior a votação sobre a formação de bloco para a votação de projetos, Ver.^a Karen Santos, nossa líder do PSOL, não houve a votação sobre a urgência. Não é a mesma votação. São votações diferentes. Houve a votação da formação de bloco – ponto. O que ia acontecer com o bloco? Não sei. A intenção era a urgência provavelmente, e abro um parêntese, eu já disse aqui antes, o Robaina ouviu, aqui nós temos um abuso de urgências. Na Câmara Federal, por exemplo, são três urgências por sessão. Só naquele bloco tinha sete, mas o Regimento permite, só quis fazer o registro; por enquanto permite. Mas nós temos que ter consciência de que esse trabalho todo que está ocorrendo, as pessoas estão trabalhando, defendendo suas posições, enfim. Respeito as posições divergentes e diferentes da minha, mas não precisaria estar ocorrendo este momento aqui. E mais, ele, possivelmente, torne-se inútil em termos de trabalho da Câmara, de gasto da Câmara, de esforço das pessoas, porque ele tem, no seu o cerne, a ilegalidade, seja por uma questão regimental, seja de Lei Orgânica, seja de lógica legislativa. Nós não tivemos, e infelizmente não passou o vídeo nos 33 segundos... Então, o que ocorre, e aqui concluo, nós estamos em cima de um trabalho, realizando um trabalho que, possivelmente, será todo ele anulado, porque há uma condição formal descumprida, alguém diria há um excesso de formalidade, isso é irrelevante, é um debate inconsequente. Talvez haja excesso de formalidade em tudo, agora, se há formalidade, ela precisa ser cumprida, e nesse caso, Ver. Oliboni, não foi, e a votação será anulada.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, pelo que eu saiba, já passamos 7 minutos do tempo regimental da sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A sessão termina às 19h05min, pois tivemos algumas suspensões.

A Ver.^a Coletivo Cuca Congo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 028/23.

VEREADORA COLETIVO CUCA CONGO (PCdoB): Mais um momento bem difícil para nós, servidores públicos, servidoras do Município de Porto Alegre, mais um momento em que a gente assiste o descaso, a falta de valorização e zelo pelos servidores e servidoras públicas municipais que garantem o atendimento na ponta,

todos os dias, na educação, na saúde, na assistência, na administração. Mais uma vez, porque não é a primeira em que a gente vem aqui para a Câmara e sente um desalento, porque são sempre os servidores e as servidoras públicas de quem são retirados direitos, de quem é retirada a carreira e a valorização. E agora, novamente, um ataque ao nosso Previmpa, sem razão nenhuma, sem razão nenhuma, a não ser a razão de dar um outro rumo que não o de garantir a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras, aos bilhões que o Previmpa acumulou com a gestão, com a participação dos servidores e servidoras públicas ao longo desses 20 anos. Quero corroborar com o que foi falado aqui várias vezes, até pelo Ver. Pedro Ruas e tantos outros, o Conselho do Previmpa, que zela todo esse tempo, ele fez um parecer – não sei se os vereadores e as vereadoras leram – claro a esse projeto; ele é um parecer excelente, como têm sido pareceres do Conselho, em virtude dos projetos apresentados pelo prefeito. Eu quero ler, porque na sua conclusão sintetiza algo que devia ser levado em conta pelos vereadores e vereadoras. Todos os servidores estatutários contribuem para o Previmpa, devem estar representados na sua estrutura, da melhor maneira possível, especialmente nos seus conselhos. O objetivo final do Previmpa é o amparo previdenciário aos estatutários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e suas famílias, e os seus recursos previdenciários a eles pertencem, a ninguém mais. A história do Previmpa e de seus conselhos é de sucesso pleno, cuidando adequadamente dos recursos dos servidores estatutários da Prefeitura por mais de 20 anos, mantendo saneados, administrativa e financeiramente. Ao longo do tempo o Previmpa se constituiu como modelo para os demais Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS do País, e não o inverso; está, não só pela competência dos seus servidores, mas também pela representatividade e demais garantias expressas na Lei Complementar nº 478; assim como a Lei Complementar nº 478, de 2012 foi fruto de amplo debate, a sua revisão deve ter o mesmo processo. Esse conselho defende a atualização da Lei Complementar nº 478, mas desde que não prejudique a representatividade da categoria na gestão do Previmpa, desde que não interfira sem necessidade objetiva na excepcional história de sucesso da autarquia; é nessa autarquia de sucesso, que garante a aposentadoria dos trabalhadores, que os vereadores desta Casa querem intervir, por quê? Por que querem intervir na aposentadoria dos trabalhadores, das nossas famílias, nas nossas pensões? Que interesse têm? É puro absurdo! E nós, os servidores Municipais de Porto Alegre e as servidoras não esqueceremos isso que está acontecendo aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver Roberto Robaina. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, solicito prorrogação da sessão por duas horas.

PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL): Em votação, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Jonas Reis.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 028/23, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, na tarde de hoje até se debateu a matéria, embora os vereadores e vereadoras do governo não tenham tido argumentos, não tenham explicitado seus argumentos. Nós temos deixado muito claro que o objetivo do governo é efetivamente controlar o Previmpa, um recurso importante num ano eleitoral, e um governo em que pesam sobre ele acusações graves de irregularidades e até de corrupção, tanto na Secretaria de Educação quanto no DMAE. E, agora, o governo, num processo de atropelo claríssimo, quer votar – e vai votar agora – este PLCE nº 028/23, que faz com que nós tenhamos menos transparência, mais possibilidade de corrupção, e isso é algo muito grave, que Porto Alegre, num ano de eleição, onde as pessoas vão fazer as suas escolhas de como deve continuar a administração municipal, o governo faz esse atropelo antidemocrático. Essa é a razão pela qual, e eu apresentei a questão de ordem mostrando que o projeto do governo descumpra a Lei Orgânica do Município. A forma pela qual o governo resolveu apresentar e discutir essa matéria atropela e diz respeito à Lei Orgânica. O governo não quis que essa matéria fosse debatida de modo democrático, não quis que ela fosse debatida de modo transparente, então, fez uma opção de passar por cima da Lei Orgânica em processos de comissões por assinatura, sem nenhum debate real. E, além disso – isso é preciso que se diga –, o processo de votação pelas comissões não autoriza o governo a passar por cima da Lei Orgânica, não autoriza a Presidência da Câmara a passar por cima da Lei Orgânica nem a direção legislativa a dar um parecer favorável a que se passe por cima da Lei Orgânica, que foi o que nós fizemos nessa discussão e nessa votação. Razão pela qual, Sr. Presidente, já que se optou por colocar o PLCE nº 028/23 em votação, mesmo após termos apontado o flagrante violação à Lei Orgânica municipal no seu procedimento, especialmente no seu art. 82, no *caput*, nós, da oposição, gostaríamos que ficasse registrado nas notas taquigráficas que não votaremos no projeto, assim como não votamos no âmbito das comissões, nessas reuniões de comissão chamada por assinatura, porque não reconhecemos a legitimidade do procedimento legislativo observado em relação à referida proposição. Como todos sabem, nós somos contrários a esse projeto de lei, mas a nossa indicação será de não votar, porque nós queremos utilizar todos os mecanismos necessários e possíveis para tentar barrar essa matéria. Evidentemente, quando nós falamos de todos os mecanismos, nós também falamos da possibilidade de recorrer ao Judiciário para fazer com que a Câmara dos Vereadores respeite a Lei Orgânica, Eu, neste caso, estou falando em nome da oposição – Ver. Giovanni Culau, do PCdoB, Abigail, Cuca, que hoje está substituindo, Ver. Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver. Jonas Reis, Ver. Comassetto, Ver. Pedro Ruas, Ver.^a Karen Santos, Ver. Alex Fraga e em meu nome. Nós lamentamos muito que a Câmara tenha feito essa opção,

desrespeitando a Lei Orgânica, e lamentamos mais ainda que a base do governo, sem conhecer a matéria, sem debater a matéria nas comissões e de modo exaustivo esteja votando algo que é temerário para o município de Porto Alegre e para as finanças do Previmpa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 028/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ninguém aguenta mais discursos, mas eu tinha que fazer alguns esclarecimentos aos vereadores que aqui desfilaram. Vocês sabem qual é o medo da administração do Previmpa? Que aconteça igual ao que eles fazem, ou fizeram, no Postalis, na Petros, no Previ, quebraram todos, todos! Irresponsáveis e ladrões foram aqueles, no governo Lula e no governo Dilma, desmontaram o sistema de aposentadoria – isso, sim, esse é o medo deles. Quanto aos banqueiros e aos grandes, Ver. Engº Comassetto, esses banqueiros todos apoiaram o Lula nessa eleição, são todo petistas; a filha do Itaú é uma petista, são banqueiros; e os empresários que o PT adora são da JBS – JBS são os amiguinhos de vocês, e vocês ainda aplaudem a roubalheira. Então, não se preocupem que neste governo não tem isso, não terá isso. E a constatação que nós temos hoje aqui é que a oposição atirou a toalha, a oposição não acredita na eleição deles. Eles têm medo do prefeito Melo, e sabem que ele vai se reeleger, sabem que ele vai se reeleger! Hoje vocês atestaram isso. A oposição foi tão competente que atestou: perdemos as eleições do fim do ano. Perdemos e não queremos mais administrar nada. O debate que a oposição pede para seguir está desde o ano passado; e vocês sabem quantas emendas a oposição apresentou? Zero! Nenhuma! Nenhuma! Não tem interesse! A oposição só quer discutir aqui e fazer média! Eles não apresentaram uma emenda! Ou tem alguma emenda aí, Presidente? Nesse projeto, tem alguma emenda?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Não.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Nem uma emenda! Cadê a oposição que queria discutir? Cadê? Cadê a oposição que queria discutir, discutir o quê? O sexo dos anjos? Isso não precisa mais ser discutido. A oposição não se interessou, nunca, nunca se interessou em apresentar uma emenda para melhorar o projeto. Poderiam ter apresentado, ao invés de oito representantes, 10 representantes, e nós poderíamos ter aceitado. Mas como não pediram, não levaram. Falta de coragem de pedir, falta de coragem de pedir, porque eles trazem o discurso pronto de casa, discursinho pronto de casa, a cartilha de casa. Isso vale para o PT e para os seus puxadinhos, que é o PCdoB e o PSOL, puxadinhos que só apoiam o que fazem lá, tudo.

Ah, vão retirar – quantos votos vocês têm para retirar? Quantos? Retira as emendas que a oposição apresentou. Eu topo. Ou seja, não tem nenhuma para retirar. A oposição incompetente e mentiu para vocês, não se preocuparam desde o ano passado não

apresentaram uma sugestão, nem emenda, nem sugestão, nem nada, só quiseram fazer discursos enganosos, mentirosos, porque sabem que é mentira o que dizem, falam mentindo e batem na tecla. Ver. Ramiro, o que a oposição fez para mudar? Zero. Então nós vamos votar este projeto assim, vamos votar este projeto conforme veio do Executivo, porque a oposição não teve competência de apresentar nenhuma vírgula no projeto, vamos votar para o bem do Previmpa de Porto Alegre, que será gerido por gente séria.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLCE nº 028/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o PLL nº 143/23. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, já tivemos bons trabalhos durante a tarde hoje, solicito verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 143/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 143/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Aldacir Oliboni, a oposição concorda? Podemos encerrar por visualização?

Conforme acordo de líderes, visualmente não há mais quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h14min.)

* * * * *